

GLAUCY MEYRE DE OLIVEIRA RIBEIRO

DEMOCRACIA RACIAL E TELEJORNALISMO:
O negro no mercado de trabalho audiovisual

Monografia apresentada à Banca Examinadora na
disciplina Projeto Experimental II.
Orientadora Acadêmica: Prof^a Cláudia Regina
Lahni

RIBEIRO, Glaucy Meyre de Oliveira. **Democracia racial e telejornalismo**: o negro no mercado de trabalho audiovisual. Juiz de Fora: UFJF; FACOM, 1º sem. 2004. Monografia apresentada à Banca Examinadora na Disciplina Projeto Experimental II.

Data de Aprovação:

Banca Examinadora:

Prof^a Ms. Cláudia Regina Lahni
Orientadora Acadêmica

Prof. Dr. Francisco Pimenta
Relator

Prof. Dr. Dalmer Pacheco
Convidado

Dedico este trabalho àqueles que lutam pela promoção da igualdade entre as pessoas sob todos os aspectos.

Agradeço a Deus pela força concedida nos momentos difíceis. Agradeço pela mão amiga que me sustentava sempre que a vontade de parar era grande.

Agradeço a meus pais pelo brilho de orgulho no olhar que me motivava a prosseguir. Agradeço pela alegria que pude proporcionar a vocês em cada vitória alcançada.

Agradeço ao meu marido por agüentar meus desabafos e por me aconselhar nas horas certas. Agradeço pela ajuda com os trabalhos e pela paciência com as noites dormidas com as luzes acesas.

Agradeço a meu irmão por ser um dos meus maiores orgulhos e pela motivação em ser sempre a melhor para ser para ele um exemplo.

Agradeço ainda a professora Cláudia Lahni pelos ensinamentos e por me incentivar a avançar sempre.

“... a alma negra é uma África da qual o preto está exilado no meio dos frios *buildings* da cultura e da técnica brancas.” (SARTRE, 1963, p. 97).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. O NEGRO NO BRASIL

2.1. BARREIRAS ENFRENTADAS POR CAUSA DA COR

2.2. COTAS: A FORÇA DA APROXIMAÇÃO

2.3. RECONHECIMENTO DE DIREITOS

3. A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO

3.1 COMUNICAÇÃO E OS DOIS LADOS DA MOEDA

3.2. IMPRENSA NEGRA: O OUTRO LADO DA HISTÓRIA

4. A TELEVISÃO NA VIDA DOS BRASILEIROS

4.1. DIVERSIDADE RACIAL NA TV

4.2. O NEGRO NO TELEJORNALISMO

5. JN: FATOS E IMAGENS QUE NÃO MOSTRAM O BRASIL

5.1 METODOLOGIA

5.2 ALTERIDADE E DIVERSIDADE NO JORNAL NACIONAL

5.3 IDENTIDADE COMO VALOR

6 . CONCLUSÃO

7. BIBLIOGRAFIA

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar e discutir a situação da população negra frente ao mercado de trabalho audiovisual, se detendo mais especificamente na atual posição do negro no cenário do telejornalismo brasileiro: suas aparições e a importância de seus papéis. Partimos do pressuposto de que são necessários modelos, isto é, pessoas negras com algum destaque considerado positivo, nos quais os negros possam se espelhar. Decidimos verificar se isto acontece dentro do mercado de trabalho audiovisual, uma vez que este lida com a imagem, elemento que se mostra de extrema importância na construção de uma identidade, aqui, em especial, a identidade do povo negro.

Em pleno século XXI parece desnecessário iniciarmos mais uma discussão acerca da discriminação racial encontrada no Brasil. Mas, apesar de seus 504 anos de história, dos 116 anos de abolição da escravatura brasileira e de ser considerado o celeiro mundial da mistura de raças, ainda encontramos casos, não raros, de preconceito e violência motivados pela cor da pele. O Movimento Negro há muito tempo vem trazendo esta realidade à tona, fazendo com que a real cara do nosso país seja mostrada, tem alcançado grandes vitórias, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido até que, no Brasil, negros e brancos tenham oportunidades e tratamentos iguais.

Embora, em nosso país, o conceito de democracia racial seja uma “verdade” dita e repetida nos meios políticos, sociais e educacionais, a população negra ainda sofre, literalmente na pele, o peso do racismo. O que torna a discriminação racial

praticada aqui uma das piores do mundo é o seu ocultamento. Enquanto nos Estados Unidos e na África do Sul verdadeiras guerras civis são travadas a favor da igualdade de direitos, almejada pelos negros e negada pelos brancos, no Brasil, os negros são apenas relegados a um segundo plano, tachados como incapazes, o que justifica a utilização de sua mão-de-obra nos serviços de menor ou nenhum prestígio social.

Para uma devida reparação de todos os prejuízos ocasionados em razão do preconceito, discute-se no cenário político nacional a criação de cotas para o ingresso de negros no mercado de trabalho e nas instituições públicas de ensino superior.

As opiniões se dividem. Há quem considere que o estabelecimento de cotas soaria como um favor e não como uma igualdade de acesso. Aqueles que se posicionam contrários à medida afirmam que a reestruturação da educação pública seria o procedimento mais acertado na luta contra o preconceito. Mas os favoráveis vêem neste discurso somente um adiamento daquilo que há muito já deveria ter sido feito, embora não se satisfaçam apenas com o estabelecimento de cotas, reivindicando também uma política de manutenção dos direitos adquiridos.

O movimento negro, os estudiosos da questão racial e outros acreditam que os meios de comunicação têm papel importantíssimo na construção de um país mais igualitário. Sabemos que a mídia não apresenta o Brasil como verdadeiramente ele é. Um país onde o racismo é tido como inexistente, mas no qual ele se revela de maneira sutil e muitas vezes imperceptível para aqueles que não se mantêm atentos ao assunto.

Daí a importância dada à representação mais condizente com a diversidade cultural e racial do país pelos meios de comunicação. A mídia tem uma função

essencial na construção da identidade das pessoas e, por isso, a tomada de consciência do povo negro com relação a real conjuntura em que está inserido na sociedade, ou seja, uma situação de marginalização e discriminação, é dever também dos meios de comunicação.

A partir do momento que os negros se derem conta da posição que ocupam, mas sobretudo da posição que podem ocupar caso a igualdade se torne uma realidade em nosso país, ficará muito mais fácil a sua luta pelo cumprimento de direitos e pela garantia de acessibilidade a todas as áreas do conhecimento e do trabalho humanos.

A televisão, em especial, possui um papel fundamental nesta mudança de atitude por parte de grande número de afro-descendentes que absorveram o conceito pregado pela classe dominante que diz que, no Brasil, não existe preconceito racial, o que acontece aqui é o preconceito social, isto é, o que marginaliza as pessoas não é a cor da pele e sim a posição social. Com isto, consegue-se algo que perpetua a discriminação racial em nosso país: o esvaziamento ou anulação do conceito de racismo. A mídia televisiva entraria aqui como os óculos que mostrariam ao povo brasileiro os reais contornos do Brasil. Relatando a violência que, a cada dia, é sofrida pela população negra, a televisão faria com que os negros se dessem conta de que a realidade é bem diferente daquilo que é contado pela classe dominante, levando-os a uma atitude.

Em um país onde a eugenia já fez parte do programa de ações públicas do governo, os “benefícios” do branqueamento ainda permanecem no subconsciente de muitos negros. Estão entranhados na pele. Os padrões de beleza cultuados no Brasil são europeus. Isto faz com que a população negra não veja em seus traços genéticos,

como o nariz mais largo ou o cabelo crespo, razões para se orgulhar e, muito menos, para achar em si vestígios dos modelos gregos. A primeira medida a ser tomada é fazer com que esta população tenha em si novos modelos do belo.

A televisão entra aqui, mais uma vez, como um meio indispensável na conscientização dos negros. Mas, para que isto aconteça, voltamos a repetir, é necessário que haja a real representação da diversidade cultural e racial da população nos meios de comunicação.

Refletindo sobre este contexto, o presente trabalho se propõe a discutir esta representação, tendo como recorte da sociedade o mercado de trabalho audiovisual, mais especificamente o telejornalismo. Escolhemos a Rede Globo de Televisão para nossa análise, por ser esta a emissora mais vista em nosso país, chegando a grande parte do território nacional e com bom sinal de transmissão, o que explica a audiência conquistada pela rede. Como recorte dentro do universo que a Rede Globo representa, elegemos o Jornal Nacional como nosso objeto de estudo, tendo o amplo público a que atinge como principal motivo para esta opção.

Nosso objetivo é verificar a aparição de negros dentro do telejornal, tanto como produtores da notícia, ou seja, como responsáveis pela veiculação da informação que têm suas imagens levadas ao ar (repórteres, apresentadores, comentaristas e locutores), como entrevistados, isto é, aquelas pessoas que tiveram a oportunidade de fala (entrevistados em geral, políticos em pronunciamentos oficiais e autoridades em entrevistas coletivas). Para este estudo, realizamos uma análise do telejornal durante uma semana, contabilizando os negros apresentados, tanto produtores como

entrevistados, e verificando se o número de aparições e o tempo concedido a eles condizem com a realidade cultural e racial brasileira.

Para uma melhor reflexão sobre o tema, procuramos registrar a história da população negra neste país desde o instante em que foi trazida da África até o presente momento. Os preconceitos enfrentados, os mecanismos utilizados para a manutenção do *status quo*, ou seja, negros como empregados e serviçais, tudo isto foi lembrado. Pontuamos também a respeito dos meios encontrados para fazer do mito da democracia racial uma realidade vivenciada por todos os cidadãos brasileiros. Foram lembrados ainda os artigos da Constituição Federal do Brasil de 1988 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos que expõem sobre a igualdade entre as pessoas, sob todos os aspectos, inclusive étnicos, demonstrando que a equidade tão almejada pelos negros brasileiros não é apenas um desejo, é, acima de tudo, um direito.

A seguir tratamos da questão da importância da comunicação para a sociedade em que vivemos e, mais especificamente, dos meios de comunicação. Ressaltamos o poder que estes têm e a influência que possuem em nosso país.

Passamos então ao meio que adquiriu maior penetração no cotidiano dos brasileiros: a televisão. Não poderíamos deixar de registrar a força que este meio apresenta em um país onde a população possui baixa escolaridade e tem no veículo sua principal fonte de informação e entretenimento. Mas o enfoque principal foi dado a representação que este meio apresenta da sociedade brasileira quanto à sua diversidade racial. Analisamos o contexto em que negros são mostrados e consideramos o efeito deste para a população afro-descendente do país. Para isto, selecionamos a Rede Globo de Televisão como estudo de caso. Relembramos sua

história. Ressaltamos o crescimento da emissora através da parceria com a empresa americana *Time Life*, o que infringia a lei.

O Jornal Nacional, principal telejornal da Rede Globo, foi eleito para a análise de como o negro é representado de uma maneira geral pela televisão brasileira e pelo telejornalismo em especial.

Para que esta análise fosse feita, realizamos uma revisão bibliográfica de autores que trataram da questão do negro em nossa sociedade, como Muniz Sodré (2000) e Florestan Fernandes (1971). Trabalhamos ainda com estudiosos da comunicação, como Clóvis Rossi (1991) e Juan Díaz Bordenave (1982). E por último, verificamos a questão da TV em geral e mais especificamente da Rede Globo de Televisão com Carlos Eduardo Lins e Silva (1988) e Ivete Cardoso Roldão (1999 a e b).

Acreditamos que esta reflexão se faz necessária, tendo em vista a ainda presente discriminação racial no Brasil.

2 O NEGRO NO BRASIL

É interessante analisarmos que nos períodos de 1532 - ano em que começou o desembarque de africanos escravizados no Brasil, segundo os historiadores Nelson Piletti e Claudino Piletti (1997, p. 75) - a 1888, ano da Abolição da Escravatura, e de 1888 a 2004, poucas foram as mudanças ocorridas quanto à situação do negro em nosso país. Se fizermos uma analogia entre os 356 anos em que o negro foi escravo e os 116 anos de sua libertação, veremos muitas semelhanças.

Durante o período escravagista, os negros vinham para o Brasil amontoados nos porões de navios negreiros e ficavam meses sem ver a luz do sol. Hoje, se tipificarmos a luz do sol como a igualdade de acesso às mais variadas instâncias, como, por exemplo, educação e trabalho, veremos que nosso país continua relegando quase 50% de sua população aos porões da marginalidade.

As senzalas, barracões escuros onde os escravos dormiam sem as mínimas condições de conforto ou higiene depois de um dia inteiro de trabalho pesado, nada mais são do que as atuais favelas. Os negros foram apenas remanejados. Muitos dos que lutaram para que a escravidão fosse extinta se esqueceram de que não bastava apenas uma folha de papel assinada pela Princesa Isabel. Os negros estavam livres sim, mas sem onde morar, trabalhar e estudar. A liberdade, tão almejada pelos escravos, se mostrou algo não tão bonito quando visto de perto, pois muito já havia sido tirado desta população.

Do mesmo modo acontece hoje com as favelas. A casa própria, sonho de muitos negros e negras brasileiros, não tem o mesmo colorido quando esta fica no alto de um morro, no qual, para se ter acesso, é preciso enfrentar uma barreira de armas e drogas. O marrom dos papelões e latões que se transformam em paredes nada tem a ver com a casa aspirada pela parcela pobre de nossa população, que é, em sua maioria, negra.

As favelas são lugares onde as casas mais parecem cômodos e a higiene corre morro abaixo, junto com o esgoto a céu aberto. Ali também os moradores trabalham pesado o dia inteiro, mas o mais pesado é a “leveza” do salário no fim do mês.

Do mesmo jeito que o dia 13 de maio de 1888 pouco representou em termos de mudança e promoção da igualdade para os negros daquela época, este dia também é considerado irrelevante para os grupos do movimento negro de hoje. Para eles, o 13 de maio é mais uma das imposições feitas pela elite branca que representa a classe dominante de nosso país e, por isso, consideram o dia 20 de novembro, data da morte do líder do Quilombo de Palmares, Zumbi, no qual é comemorado o Dia da Consciência Negra, um marco maior do espírito guerreiro que a população negra traz dentro de si, lutando contra as barreiras impostas pela sociedade.

Outra semelhança entre os negros de 1888 e os de hoje está no acesso ao mercado de trabalho. Enquanto eram escravos e, por isso mesmo, não precisavam ser remunerados pelos serviços prestados, os negros eram a mão-de-obra ideal para as fazendas de café. Mas, com a abolição e a proclamação da igualdade entre todos, isto mudou. Os fazendeiros preferiram pagar mão-de-obra estrangeira branca a pagar os negros que já estavam acostumados com o trabalho. Afinal, se é para ter direitos e salário, é preferível conceder estes direitos aos europeus, muito mais iguais aos fazendeiros do que os negros.

É importante frisar que a discriminação chegava a tal ponto que, para não desrespeitar leis do cristianismo, que pregam que todas as pessoas são iguais e que para Deus não há diferença entre elas, a Igreja Católica, na época da “descobrimto” do Brasil, chegou a pronunciar que os negros não tinham alma e, por isso, os trabalhos forçados a que eram submetidos não iam contra a doutrina do catolicismo. Nelson Piletti e Claudino Piletti (1997, p. 73) lembram que o escravo não era considerado ser humano e, por isso, era tratado como animal, como coisa. A abolição, portanto, não representou uma mudança quanto a este conceito, afinal, como coisas ou animais, com a simples assinatura de um papel, poderiam alcançar o *status* de ser humano?

Do mesmo modo, negros de 2004 enfrentam barreiras para o acesso ao mercado de trabalho. Apesar de, no Brasil, proclamar-se aos quatro cantos que o preconceito é social e não racial, os negros em busca de emprego têm sentido que a realidade não é bem assim. As estatísticas comprovam, por exemplo, que para receber o mesmo salário que uma mulher branca, a negra tem que ter, em média, quatro anos a mais de estudo.

O negro brasileiro continua lutando contra o sistema da mesma maneira que os escravos rebeldes faziam há mais de 120 anos, a diferença é que naquela época o negro sabia contra quem estava lutando, pois os seus senhores não escondiam o repúdio que sentiam da cor de sua pele. A arma que o atacava estava em seu rosto. Agora, ele enfrenta um preconceito velado. A arma que o ataca está em sua nuca, e ele não sabe quem está com o dedo no gatilho.

A diferença entre o preconceito racial praticado nos Estados Unidos e no Brasil está exatamente neste ponto. Naquele país, as pessoas negras têm plena consciência de que não são aceitas em determinados lugares e por muitas pessoas devido à cor de sua pele. Já no Brasil, o mito da democracia racial está entranhado no subconsciente das pessoas. Os negros não têm argumentos para combater o racismo, pois, quando afirmam que este acontece, sempre tem um otimista para lembrar Gilberto Freyre e dizer que o Brasil é um celeiro da mistura das raças e, por isso, o racismo se torna inexplicável.

É contra esta afirmação que o movimento negro tem lutado, pois sabe que enquanto os brasileiros, em especial os negros, não se derem conta da real situação em que vivemos, nada poderá ser feito. É preciso que o preconceito seja escancarado, para depois ser combatido.

2.1 BARREIRAS ENFRENTADAS POR CAUSA DA COR

Analisando a questão do racismo praticado no Brasil, podemos perceber que este está muito ligado à definição de ocupação de lugares dentro da sociedade, ou seja, segundo Muniz Sodré (2000, p. 261), o lugar do Mesmo hegemônico (aqui analisado como o lugar do branco) e do Outro (o negro).

Abandonando o seu lugar predeterminado, o Outro (o imigrante, o diferente, o negro) é conotado como o intruso que ameaça dividir o lugar do Mesmo hegemônico. O Outro é aquele que supostamente “não conhece o seu lugar” [...]O nojo racista ao Outro decorre de seu deslocamento territorial: ele (o negro, o índio, etc) está ali onde não deveria, assim como o suflê preparado por um grande cozinheiro, antes lindo no prato sobre a toalha da mesa, poderia inspirar nojo se colocado sobre o lençol da cama.

O sociólogo e secretário executivo da revista *Afirma*¹, Eduardo Henrique Pereira de Oliveira, também considera que “parte do racismo está calcada naquilo que as pessoas acham que são os papéis naturais que indivíduos e grupos devem desempenhar na sociedade” (RAMOS, 2002, p. 40). Assim, enquanto o Outro desempenha as funções subalternas que lhe cabem dentro da organização da força de trabalho, nenhum problema existe. Este só se revela quando o Outro tenta se aproximar do Mesmo hegemônico. Sodré afirma que é no momento da aproximação que todo e qualquer racismo se revela.

Foi seguindo este conceito de distanciamento que a escravidão se deu no Brasil, uma vez que, segundo Florestan Fernandes, o negro precisava ser considerado inferior e subordinado para que a dominação branca fosse justificada, como frisamos anteriormente.

¹ A revista *Afirma* é uma publicação *on line* que apresenta matérias sobre temas atuais que envolvem a população negra do país. Disponível em < <http://www.afirma.inf.br>>

Com a abolição da escravatura, o Mesmo hegemônico, ou seja, a classe dominante, se viu obrigado a reconhecer que, agora livres, os negros tinham os mesmos direitos que os brancos. Antônio Carlos da Hora (2000, p. 35) salienta que

Com o avançar da História e suas conseqüentes mudanças, o lugar do “Outro” vai se articulando com uma série de implicações. Já não é mais possível simplesmente aniquilá-lo como desconhecido ou monstro. Muitas vezes é possível e necessário compor com ele.

Desse modo, o negro é incorporado à sociedade e recebe o *status* de ser humano. Mas o distanciamento precisava ser mantido, e a saída da classe dominante para que os “lugares” fossem preservados foi a instituição do conceito de que o Brasil seria uma democracia racial, conforme apontam os pesquisadores Anthony William Marx e Florestan Fernandes. A este respeito, Fernandes (1971, p. 29) relata os argumentos usados pelos dominantes:

No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a idéia da “democracia racial” acabou sendo um expediente inicial (para não enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as “populações de cor” nas cidades em que elas se concentravam, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). O “negro” teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu se igualar ao “branco”, o problema era dele – não do “branco”. Sob a égide da idéia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição.

Desde então, o conceito de democracia racial vem sendo arraigado no subconsciente social, mantendo o *status quo* e, portanto, a distribuição de poder. O sociólogo americano Howard Becker (1977, p.67) explica como as diferenças de grau

de poder adquirido fazem com que a classe dominante tenha condições de estabelecer e aplicar regras às classes dominadas.

Diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas representam, essencialmente, diferenciais de poder (quer legais ou extralegais). Aqueles grupos cuja posição social lhes confere armas e poder são mais capazes para impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnia e classe estão todas relacionadas a diferenças de poder, que explicam diferenças no grau em que os grupos assim diferenciados podem fazer regras para os outros.

A respeito das relações de poder, o historiador e escritor Joel Rufino dos Santos apud Devalle (2003, p. 13) explica que “a cabeça de uma sociedade é, em geral, feita pela sua classe dominante – com o objetivo duplo de manter seus privilégios e deixá-la dormir em paz”. Muniz Sodré (2000, p. 263) completa ao afirmar que

A cor branca extrai a sua hegemonia do fato de deixar presente na realidade inteira do indivíduo – seja ele rico ou pobre - a possibilidade de exercício de uma dominação, já que as identidades constroem-se no interior de relações de poder assimétricas.

Partindo deste pressuposto, no qual a classe dominante seria a parcela branca da população e os dominados, os negros, é possível concluir que os maiores beneficiários da herança cultural deixada pelos antepassados sobre a existência de uma democracia racial foram os brancos. Os negros foram “forçados” a acreditar que, em um país onde todos são considerados iguais, as chances e oportunidades de acesso e ascensão seriam também iguais. Sem ajuda do governo e da classe dominante, a população negra teve que promover, com esforço próprio, sua educação, primeira barreira a ser vencida rumo à equiparação socioeconômica.

O sociólogo americano Anthony William Marx (MELLO, 1998, p. 5) explica que “o mito da democracia racial e a idéia de que os negros estivessem incluídos na nação fizeram com que os afro-brasileiros acreditassem que conseguiriam uma ascensão social e econômica que eles jamais conseguiram.” W. Marx ainda ressalta que a questão da miscigenação no Brasil, tanto antes quanto depois da abolição, foi outro ponto chave para a comprovação do mito da democracia racial e refutação da idéia da presença do racismo em território brasileiro.

Florestan Fernandes (1971, p.26) também descreve como foi importante para a classe dominante da época a sustentação de que a miscigenação fosse o ponto forte da tão proclamada democracia racial.

Tomou-se a miscigenação como índice de integração social e sintoma, ao mesmo tempo, de fusão e de igualdade raciais[...] A miscigenação, durante séculos, antes contribui para aumentar a massa da população escrava e para diferenciar os estratos dependentes intermediários, que para fomentar a igualdade social.

Mas o negro, apesar de confiante quanto à sua possibilidade de integração e participação, começou a perceber que a realidade não condizia com o que era pregado pela elite dominante. Neste momento, foi necessário, mais uma vez, fazer com que os dominados continuassem em seus lugares. Os espaços do Mesmo hegemônico e do Outro precisavam ser mantidos. Criou-se aí um novo mito, o de que o preconceito no Brasil não está ligado à cor da pele e sim, à classe social. O discurso assumido foi de que os negros não conseguiam ascender social e economicamente não porque eram negros, mas porque eram pobres.

Então, entraram em cena novos “atores” no cenário social brasileiro: os dados estatísticos. Pesquisas feitas por institutos especializados, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea - e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese, mostraram que, apesar de tudo o que estava sendo dito pela classe dominante, havia algo de errado.

Não há como dizer que as oportunidades são iguais para todos se no Brasil os negros vivem, em média, seis anos menos que os brancos, recebem menos da metade de seus salários e, de cada mil crianças negras nascidas vivas, 76,1 morrem antes de completar 5 anos de idade, 30,4 a mais que as crianças brancas. Não há como afirmar que existe igualdade em um país onde dos cerca de 45% de afro-descendentes (negros e pardos), 69% desta população é pobre e a taxa de pobreza entre os negros é quase 50% maior que entre os brancos.

Segundo o Dieese (2002, p. 4),

A população negra está presente, em maior proporção, nos postos de trabalho mais vulneráveis: assalariados sem carteira de trabalho assinada, autônomos que trabalham para o público, trabalhadores familiares não remunerados e, principalmente as mulheres, como empregados domésticos.

Estas informações vão ao encontro do que foi dito por Sueli Carneiro, coordenadora executiva do Geledés - Instituto da Mulher Negra em São Paulo, no Programa Boa Notícia de 04 de março de 2004, transmitido pelo Canal Futura. Ela afirmou que 79,9% das mulheres negras brasileiras estão confinadas em trabalhos de baixa qualificação.

O Dieese (2002, p. 6) ainda divulga que, como estão em maior proporção nas ocupações vulneráveis e possuem maiores dificuldades de ascensão em suas carreiras profissionais,

os trabalhadores negros acabam por receber rendimentos mais baixos que os não negros. No cenário de perdas generalizadas nos rendimentos do trabalho no Brasil, a situação da população negra apresenta características dramáticas, com os rendimentos médios assumindo valores entre R\$ 425 e R\$ 916, observados respectivamente em Recife e Distrito Federal.

Estes números parecem altos se tomados isoladamente ou se comparados com os rendimentos de grande parcela da população brasileira que recebe o salário mínimo. Porém, quando comparamos estes números com os salários dos brancos, entende-se a marginalização e confinamento do povo negro nos postos de trabalho de menor escalão. Os brancos recebem em Recife e no Distrito Federal, respectivamente, R\$ 744,00 e R\$ 1047. Estes dados revelam que um trabalhador branco no Recife ganha, em média 75% a mais que um negro e no Distrito Federal, 14% acima.

Conforme pesquisa divulgada pelo Ipea, o negro ganha, em média, 53,7% do salário de um branco. Um negro com 12 anos de escolaridade chega a ganhar metade do salário de um não-negro com mesmo tempo de estudo formal.

Diante de todos os dados apresentados pelos institutos de pesquisa e de tudo aquilo que é vivenciado pela população negra de nosso país todos os dias, o negro brasileiro passa a não ter outra opção a não ser se perguntar sobre qual é o real pano de fundo do preconceito praticado no Brasil. E, cada vez mais, tem se confirmado que, no Brasil, a maior barreira enfrentada pelos afro-descendentes ainda é a cor da pele.

Sobre isto, a jornalista Mirian Leitão (RAMOS, 2002, p. 46) afirma que

essa discussão vai crescer muito, vai ocupar muito espaço, e isso vai ser muito doloroso para a sociedade, porque nós vamos ter que para de fingir que somos bonzinhos e democráticos, que somos uma democracia racial. Vamos ter que ver nossa verdadeira face.

2.2 COTAS: A FORÇA DA APROXIMAÇÃO

Florestan Fernandes (1971, 38), no texto abaixo, trata da luta do negro pela igualdade de condições de uma forma geral, mas retrata perfeitamente o espírito que induz os movimentos e os estudiosos negros a proporem um sistema de cotas para a equiparação de oportunidades.

Há quem pense que o negro luta por privilégios, através destes movimentos. Mas, isto não é verdade: eles lutam contra privilégios, que os mantiveram afastados, em detrimento de nossa segurança e de nosso progresso, dos direitos fundamentais do homem em nossa ordem social. A esse respeito, convém frisar que não lutam contra pessoas ou grupos, que não os anima a ambição de prejudicar o branco ou combater os valores e instituições sociais que lhe conferem riqueza, poder ou estabilidade. As impulsões psico-sociais, inerentes a seus “movimentos de arregimentação”, conduzem, ao contrário, a alvo bem diferente: o de permitir ao negro ter acesso mais livre e equitativo a esses valores e instituições. Não são, portanto, movimentos conduzidos pelo propósito de aumentar a área de conflitos sociais em nossa sociedade. O que seus fins sociais conscientes pressupõem é o alargamento efetivo da área de acomodação, pela integração do negro às oportunidades econômicas, políticas, educacionais e sociais, conferidas aos brancos sem restrições.

Quando se fala no estabelecimento de cotas, a primeira lembrança que vem à mente é sobre cotas no ensino superior. Esta polêmica divide até mesmo ativistas do movimento negro. Os que são contra acreditam que o simples estabelecimento do número de negros que devem estar nas universidades não resolveria o problema da

integração do negro na sociedade como um todo. Os que são a favor ressaltam que quase 500 anos de espera já foram o bastante e que o negro precisa ser incluído já.

Antes de debater qual seria o melhor recurso para a população negra, se as cotas ou não, é preciso analisar uma outra questão: a permanência do negro dentro das universidades. Apenas a separação de vagas para alunos afro-descendentes não seria a solução. É necessário nos lembrarmos de que os negros são a parcela mais pobre da sociedade brasileira. A maioria precisa trabalhar para ajudar no orçamento doméstico e pouco tempo sobra para se dedicar aos estudos. Por isso, medidas como bolsas de auxílio transporte, alimentação e mesmo de ajuda financeira devem ser incluídas na discussão sobre as cotas, para que os negros tenham acesso não apenas a universidade, e sim, tenham acesso a cursos de qualidade, podendo estudar e concluir seus estudos.

A respeito disto, João Baptista Borges Pereira (2000, p. 26) escreve que

Os dados comprovam que os negros e demais carentes da população têm encontrado, historicamente, obstáculos de várias ordens para ingressar na universidade e para nela se manter (mesmo sendo pública e gratuita), e os poucos que nela se encontram estão concentrados, predominantemente, em cursos denominados “pobres”: aqueles que exigem menos no vestibular, são ministrados em horários noturnos, não exigem tempo integral e preparam seus egressos para as profissões mais mal remuneradas, e quase sempre, às de menos prestígio social.

É preciso avaliar também que o sistema de cotas já existe no Brasil, como, por exemplo, para mulheres na política ou a separação de 20% do dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - para a qualificação de trabalhadores negros.

Acreditamos que a polêmica criada a partir da proposta de estabelecimento de cotas no ensino superior está novamente ligada à questão dos lugares do Mesmo

hegemônico e do Outro. Não é simples para a classe dominante ver os dominados reivindicando seus direitos e, com isso, se aproximando do lugar ocupado por eles. É uma ameaça iminente de perda de território e, conseqüentemente, de poder. O discurso de que o preconceito seria social já não convence a população negra, uma vez que, como explicar então que em um estado como a Bahia, onde, segundo o IBGE, 73% da população é afro-descendente, apenas 8% destes estão nas universidades?

Surge, então, a proposta de reestruturação do ensino público no país. Aqui cabe uma outra analogia com os tempos da escravidão. Como não queriam perder seus escravos, mas tinham que ceder às pressões dos abolicionistas pela libertação dos negros, os senhores foram construindo subterfúgios para adiar a abolição, que se tornava inevitável. Alguns destes subterfúgios foram a Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, que entrou em vigor em 1871 e que determinava que todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data, seriam livres, e a Lei Saraiva-Cotegipe, famosa sob o nome de Lei do Sexagenário, promulgada em 1885 e que dizia que todo escravo com mais de 65 anos também seria considerado livre (DEVALLE, 2003, p. 15)

Da mesma forma, acontece com esta proposta da classe dominante. O representante da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro – UEE, Alexandre Costa, que apóia a reserva de vagas para negros na universidade, afirmou em audiência pública realizada em 2003 na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que é insensibilidade pedir aos jovens que podem ser beneficiados pelas cotas que esperem até que a melhoria do ensino público seja uma realidade. Ele disse ainda que em nenhum momento e de modo nenhum a luta pela implementação da reserva de vagas impede a busca de melhoria da escola pública (DEVALLE, 2003, p. 23). Aqui

também a classe dominante ou o Mesmo Hegemônico busca no argumento de que a melhoria da educação pública é o mais indicado um subterfúgio para a manutenção do *status quo*, apenas adiando algo que se torna cada vez mais inevitável: a integração do negro aos mais diversos setores da sociedade.

Mas as ações afirmativas de estabelecimento de cotas não se restringem somente à área da educação. O senador Paulo Paim (PT/RS) é autor de um projeto de lei que estabelece uma cota de 25% de afro-descendentes nos programas de TV e de 40% nas publicidades. Mas aqui entram problemas encontrados no Brasil quando se quer mudar: a burocracia, as manobras e a lentidão dos parlamentares e governantes. Apesar de ter sido elaborado em 1998, seis anos após sua concepção, o projeto ainda se encontra em tramitação no cenário político brasileiro.

Em sua justificativa para a aprovação do projeto de lei, Paim ressalta a falta da representação da população negra na mídia. Para ele, os programas de auditório, as telenovelas e os filmes apresentam atores negros em uma proporção bem menor do que a existente no país. O senador (O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO AUDIOVISUAL, 2002, p. 121) avalia ainda que

Tal situação deve ser superada, da mesma forma como vem sendo lentamente superado, tantos anos de lutas, o preconceito contra as mulheres. Todos devem ter os mesmos direitos fundamentais e devem preservar sua auto-estima, seu orgulho e sua dignidade. E o reconhecimento social como ser humano passa pelo direito de ver-se e de ser visto, sem vergonhas, preconceitos ou restrições.

Quanto à necessidade do estabelecimento de cotas, o professor do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, Kabengele Munanga apud Valente (2000, p. 47) ressalta que

É preciso, pois, incrementar estratégias e políticas públicas de combate à discriminação nos campos onde ela se manifesta concretamente, ou seja, nos domínios da educação, cultura, lazer, esportes, leis, saúde, mercado de trabalho, meios de comunicação, etc.

Um outro ponto que deve ser apresentado quando se fala a respeito das cotas é o seu caráter passageiro. As pessoas que defendem o estabelecimento de cotas para negros no ensino superior têm em mente que estas são apenas uma alavanca para que as portas da universidade sejam abertas para os afro-descendentes. Quando o universo dos estudantes universitários representasse de forma equânime a realidade racial brasileira, estas poderiam ser abolidas.

2.3 RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Na verdade, toda a discussão em torno do estabelecimento de cotas e da promoção de igualdade de acesso aos mais diversos setores da sociedade, busca, sobretudo, o cumprimento daquilo que já foi aprovado como lei na Constituição Federal do Brasil de 1988. Em seu capítulo primeiro sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, no artigo quinto, a Constituição estabelece que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (grifo nosso).

E acrescenta em seu artigo sexto que “são direitos sociais a **educação**, a saúde, **o trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifo nosso). Em seu terceiro capítulo, tratando sobre a educação, a Constituição ainda estabelece, em seu artigo 205, que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada **com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (grifo nosso).

Todas estas questões são ratificadas também por vários artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborada pela Organização das Nações Unidas - ONU. É importante destacar que esta é adotada pelos diversos países que compõem a ONU. Separamos, a seguir, alguns artigos desta declaração que vêm somar com aqueles destacados acima.

Artigo I: **Todas as pessoas nascem** livres e **iguais em** dignidade e **direitos**. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (grifo nosso).

Artigo II: Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, **sem distinção** de qualquer espécie, seja **de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política** ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (grifo nosso).

Artigo VII: Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, à igual proteção da lei. **Todos têm direito a igual proteção contra qualquer**

discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (grifo nosso).

Artigo XXIII: 1. **Toda pessoa tem direito ao trabalho**, à livre escolha de emprego, **a condições justas** e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego (grifo nosso).

2. **Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho** (grifo nosso).

3. **Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana**, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Tais determinações muitas vezes não vêm sendo cumpridas, se tornando um dos motivos da luta de organizações e do movimento negro. Florestan Fernandes (1971, p. 39) reitera o acerto do posicionamento dos movimentos negros que lutam pela equiparação de direitos ressaltando que o negro

não pretende desalojar o branco das posições sociais em que ele se encontra, mas compartilhar com ele dos direitos e garantias sociais, as tendências ideológicas e utópicas que valorizam, no meio branco, a integração racial; o fortalecimento do regime democrático, que ampara politicamente aquelas tendências. Por isso, presumo que não devemos temer esses “movimentos”, mas colaborar para que eles definam melhor e alcancem realmente os seus alvos construtivos, tão importantes para um país novo e heterogêneo como o Brasil.

Para Paulo Paim (O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO AUDIOVISUAL, 2002, p. 122), a proposta de criação de cotas

estabelece uma proporção mínima de participação de afrodescendentes nos programas de televisão em geral e nos anúncios publicitários em especial. Determina, também, que o Poder Público, ao contratar publicidade, obrigue à participação de artistas afrodescendentes em proporção similar à que os cursos revelam.

Quanto à pergunta se estabelecimento de cotas seria a melhor solução para o acesso dos negros ao mercado de trabalho, aos meios de comunicação, às universidades, etc, a resposta é não. Muito melhor seria se o acesso fosse disponibilizado a todos os segmentos da sociedade brasileira, independente de raça, credo, idade ou sexo, com as mesmas chances de aproveitamento. Mas, se isto não é possível deste modo, a lei chega para suprir esta lacuna. Afinal, para que servem as leis se não para defender e garantir os direitos dos cidadãos?

3 A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO

Presente em nossas vidas do instante em que somos concebidos até o momento em que somos sepultados, a comunicação permeia todas as relações do nosso dia-a-dia. A própria Bíblia Sagrada, um dos livros mais vendidos no mundo e base de várias religiões, descreve o ato de criação do mundo como um fenômeno comunicacional, no qual, através da palavra, Deus criou todas as coisas. Até mesmo Jesus Cristo é descrito como o Verbo Vivo.

A partir daí, avaliar a importância da comunicação para a sociedade em geral, mas também para as particularidades em nossa vida, torna-se algo imensurável, desde que entendamos aqui comunicação no sentido amplo da palavra, composta por

todos os meios de expressão e significação do ser humano, e não apenas como a palavra, seja ela escrita ou falada.

Em seu livro, *O que é comunicação*, o doutor em comunicação Juan Díaz Bordenave descreve os atos de comunicação que um indivíduo realiza desde o momento em que se levanta até a hora de deitar-se. Os atos são inúmeros e englobam o bom dia dado a sua mulher, a conversa com os amigos no local de trabalho, o bate-papo descontraído com os filhos no jantar, indo até o boa noite novamente dado a sua esposa na hora de dormir. Bordenave afirma em certo momento que, por estarem tão ligadas, a comunicação confunde-se com a própria vida.

Analisando a evolução da comunicação desde o primeiro gesto ou palavra humanos até as altas tecnologias encontradas nas formas de expressão de nossos dias, podemos notar o mesmo anseio: a busca por compartilhar, sejam avanços tecnológicos, sejam descobertas, ou simplesmente idéias e sentimentos. Bordenave (1982, p. 36) afirma que

Sem a comunicação cada pessoa seria um mundo fechado em si mesmo. Pela comunicação as pessoas compartilham experiências, idéias e sentimentos. Ao se relacionarem como seres interdependentes, influenciam-se mutuamente e, juntas, modificam a realidade onde estão inseridas.

Quanto à possibilidade de modificação da própria realidade citada acima, temos na comunicação um papel fundamental e indiscutível, muitas vezes até decisivo. Através dela guerras podem ser iniciadas ou findadas, países podem ruir e fortunas podem ser construídas em pequenos espaços de tempo. Os limites da comunicação tornam-se, cada vez mais, indefiníveis.

Um grande exemplo do poder que a comunicação tem está naquele utilizado pelo jornalismo, seja ele falado, escrito ou televisionado. Os meios de comunicação não detêm apenas a tarefa de informar, mas possuem o poder de modelação, adequação e, inclusive, manipulação da realidade.

Um dos grandes questionamentos quando falamos em jornalismo é a questão da imparcialidade, isto é, o relato cru e nu da realidade tão qual ela é. Mas há tempos este mito vem sendo quebrado e a integração do ponto de vista de quem escreve e a notícia já é fato mais aceito. O problema é que isto não é divulgado e os leitores, os ouvintes e os telespectadores consomem as informações permeadas de opiniões como sendo apenas a descrição dos fatos. A inclusão do julgamento dos jornalistas às matérias pode parecer algo inocente, sem grandes conseqüências, contudo, se avaliarmos que a partir de uma simples opinião todo o sentido da história pode ser modificado, vemos a importância que a imparcialidade tem para a veracidade dos fatos. É como naquela brincadeira de criança, telefone sem fio, cada um vai passando para frente aquilo que acha que ouviu e entendeu e no final a frase que foi dita no início foi totalmente desvirtuada.

A respeito da imparcialidade, o jornalista Clóvis Rossi (1991, p. 10) defende que

É realmente inviável exigir dos jornalistas que deixem em casa todos esses condicionamentos (background) e se comportem, diante da notícia, como profissionais assépticos, ou como a objetiva de uma máquina fotográfica, registrando o que acontece sem imprimir, ao fazer o seu relato, as emoções e as impressões puramente pessoais que o fato neles provocou.

Rossi afirma ainda que a objetividade e a imparcialidade só são possíveis na narração de acontecimentos que afetam apenas um pequeno número de pessoas, e, mesmo assim, se nenhuma destas pessoas tiverem laços de parentesco ou amizade com o repórter.

Mas a questão tratada aqui não é apenas analisar o problema da imparcialidade em si, e sim sua repercussão na sociedade e suas conseqüências na vida das pessoas de uma forma geral. A este respeito, Ciro Marcondes Filho (1986, p. 12) escreve que

Atuar no jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão. Este processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas. É sobre a notícia que se centra o interesse principal do jornalismo.

Com o poder de manipulação da realidade pela mídia, esta se fortaleceu, ganhando o *status* de Quarto Poder, tendo a “autonomia” de decisão a respeito daquilo que deve ou não ser apresentado ao público. A sua intenção, muitas vezes, é manipular o que este deve pensar sobre tal assunto. O que freia este impulso dos meios de comunicação é a bagagem cultural e social que os espectadores têm e que impede a muitos de acreditar piamente em tudo aquilo que lhes é oferecido para consumir como informação.

Infelizmente, ainda existem pessoas que crêem em tudo o que é passado pelos veículos de transmissão da notícia, sem questionamentos, sem desconfiança. Há até aqueles que, mesmo possuindo outros acessos à informação, não têm senso crítico

que os motive a suspeitar da veracidade daquilo que lhe é transmitido pelos meios de comunicação. Para Marcondes, a notícia “é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político.”(1986, p. 13)

Quanto ao “controle” exercido pelos meios de comunicação, alguns poderiam pensar: e a televisão? Ela mostra as imagens e sobre aquilo que vemos não há como sermos manipulados. A despeito disto, Rossi (1991, p. 14) esclarece que

Teoricamente, a introdução da televisão no campo do jornalismo poderia conferir à objetividade o caráter de possibilidade real e não o de mito. Afinal, a câmera de TV registra, friamente, o que se passa, assim como os microfones captam os sons tais como são emitidos. Câmeras e microfones não têm emoções, nem formação cultural, nem background, nem opiniões, logo, poderiam reproduzir objetivamente o que está acontecendo. Ocorre, entretanto, que, no caso do telejornalismo, a medição entre o fato e a versão dele que é levada ao ar multiplicou-se. O trabalho do repórter e do cinegrafista passa por uma quantidade de filtros que depuram sons e imagens dos aspectos considerados inconvenientes pelos diretores da estação – isto também acontece nos jornais e revistas, mas na TV, reveste-se de cuidados excepcionais, ante o notório impacto que tem uma imagem, comparada à palavra escrita.

Uma arma poderosa usada no telejornalismo, em se tratando de manipulação, é a edição. Com esta pequena ferramenta, frases podem ser tiradas de seus contextos, imagens sem ligação podem parecer seqüências e, assim, novas conotações são adquiridas e grandes confusões armadas.

Um exemplo do poder contido na edição está no segundo debate, veiculado pela Rede Globo de Televisão, entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, que concorriam à Presidência da República. A edição feita pela emissora fez com que Collor parecesse melhor do que Lula, o que, na opinião de grande parte dos petistas, fez com que Collor derrotasse Lula nas eleições de 1989.

É através do reconhecimento deste grande poder conquistado pela mídia ao longo de sua história, de uma forma geral e, mais especificamente, da televisão, que analisaremos a importância da participação dos meios de comunicação na luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, principalmente no que tange a questão da representação da diversidade racial do Brasil.

3.1 COMUNICAÇÃO E OS DOIS LADOS DA MOEDA

Partindo dos pressupostos da ética que deve existir nos meios de comunicação e de seu poder de orientação da opinião pública, vemos na mídia um grande viés para o desmascaramento do racismo no Brasil e, a partir daí, para o seu combate.

Durante muito tempo os meios de comunicação serviram como instrumentos de veiculação de uma ideologia eugenista da classe dominante. Muniz Sodré (2000, p. 235) cita, por exemplo, que

Em 1986, o Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana espalhou por Salvador, Bahia, cartazes publicitários com o título “defeito de fabricação” acima da imagem de um garoto negro, com correntinhas no pescoço, canivete na mão e uma tarja nos olhos. Abaixo, o texto: “Tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado e vai ser embaixador. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal”. Outro cartaz mostrava uma mulher negra, grávida, coberta com um lençol branco e a legenda “também se chora de barriga cheia”.

O fato de este cartaz ter sido produzido quase cem anos após a abolição e a declaração de igualdade entre todos e ter sido veiculado no estado de maior

concentração da população afro-descendente do país (segundo o IBGE cerca de 73% da população baiana é composta de negros e pardos), reforça o conceito de que, no Brasil, a democracia racial não passa de um mito, reproduzido pela classe dominante e interiorizado pelos dominados.

Estes exemplos citados por Sodré são apenas dois das centenas de notícias e imagens discriminatórias que são veiculadas pela mídia a respeito dos negros. As telenovelas continuam mostrando negros e negras apenas como empregados e serviçais, quase nunca como patrões e chefes, ignorando a existência de uma classe média negra brasileira. Sodré afirma que os anúncios de emprego, que pedem “boa aparência” como pré-requisito para o cargo, têm na pele branca o perfil ideal para os novos empregados. Na maioria das vezes, o negro aparece nos jornais nas páginas policiais, como assaltante, traficante ou assassino, quase nunca como fonte oficial digna de credibilidade. O cineasta Joel Zito fez um filme intitulado “A negação do Brasil”, no qual ele conta como os negros foram representados em cerca de 70% das telenovelas produzidas no Brasil. Joel relata que em um terço das novelas pesquisadas não apareceu nenhum ator negro e naquelas em que os afro-descendentes foram escalados, estes ocupavam papéis secundários, como copeiros, empregadas domésticas, malandros e bandidos.

No Brasil, acostumou-se a ver o negro em posições subalternas, e mesmo grande parcela da população afro-descendente considera que aquilo que é retratado pela mídia é a realidade dos fatos. Esta parcela acredita que, se no Brasil o negro é pobre, ele tem de ser mostrado como pobre. O mito de o preconceito ser social encobriu a verdade sobre a questão da discriminação racial no país. As crianças negras nascem e crescem acreditando que se se esforçarem poderão ter seu lugar ao sol, mas

a verdade é que os afro-descendentes brasileiros passam a vida nadando contra a maré do *status quo* e acabam morrendo na praia, nos lugares reservados ao Outro, queimando sob o sol da desigualdade e sendo enterrados no solo do anonimato.

Aqui poderia entrar a pergunta: mas e aqueles que conseguiram vencer? Nós diríamos que houve sim, é verdade, uma doação estratégica de território pela classe dominante para a manutenção de seus lugares e privilégios, mas a tão sonhada igualdade, lema da Revolução Francesa e parte integrante de nossa Constituição, ainda não foi alcançada. Com raras exceções, o negro continua aparecendo nas novelas em papéis secundários e sem grande destaque e aqueles que conseguiram seu lugar no telejornalismo brasileiro são apenas coadjuvantes de uma história contada para todos, mas narrada pelos brancos, são apenas ícones usados para a defesa do mito da democracia racial, que não chegam nem a dar um pouco de cor a um mundo feito apenas em branco.

Muniz Sodré considera, por exemplo, que o emprego de uma jornalista negra pela Rede Globo de Televisão representa apenas o intuito de escamotear a verdade dos fatos. É como se os chefes da emissora estivessem um passo a frente daqueles que lutam pela igualdade de oportunidades para negros e brancos. Quando estes chegarem reclamando o direito de serem representados, fica fácil para aqueles dizerem: “- Mas nós já concedemos espaço a vocês. Basta olhar para o nosso quadro de funcionários e vocês poderão ver que nós empregamos negros sim. Nós temos até apresentadores negros.” Porém, o movimento negro e os estudiosos desta questão não querem apenas ícones que representem o povo negro brasileiro, eles querem que os meios de comunicação apresentem negros de forma igual a que é mostrada pelos levantamentos feitos pelos institutos de pesquisa, como o IBGE ou o Ipea e que o dever

de formação dos meios de comunicação seja usado para a defesa de uma sociedade sem preconceitos.

A invisibilidade dada às “minorias” brasileiras, como os negros, as mulheres, os pobres ou os deficientes pela chamada Grande Mídia só trabalha para a perpetuação da discriminação. Mas, apesar disto, estas minorias não podem apenas fingir que estes meios discriminadores não existem, pois é com a ajuda deles que o preconceito pode ser vencido. Silvia Ramos (2002, p. 9) analisa que

Nenhum processo cultural de superação do racismo, de combate aos estereótipos e de luta contra a discriminação será realizado sem os jornais, a televisão, as artes e a música [...] a mídia tende a ter cada vez mais, na sociedade brasileira, um papel vital na construção de saídas capazes de reduzir a exclusão racial.

É a presença daquele velho ditado que diz “se não pode vencê-los, junte-se a eles”. Mas é preciso entender que o juntar-se aqui descrito não significa render-se às imposições ditadas pela classe dominante, e sim fazer com que os donos dos meios de comunicação entendam que é preciso incluir para crescer. A democratização dos veículos de informação traria vantagens tanto para os donos destes veículos, quanto para as comunidades silenciadas. Os proprietários teriam lucros maiores, uma vez que o apoio a seus meios seria muito maior, e as “minorias” teriam a fiel representação de seus grupos, fazendo com que seus integrantes pudessem ter a certeza de que as características peculiares de seu grupo não seriam empecilhos para seu acesso a todas as áreas de trabalho e conhecimento humanos.

A importância do apoio dos meios de comunicação para a conscientização da sociedade brasileira sobre sua realidade é inquestionável. Bordenave afirma que a

comunicação tem o poder de contribuir para a modificação dos significados que as pessoas atribuem a algo. Ele considera que é através desta transformação de significados que a comunicação desempenha um papel importante na mudança de crenças, valores e comportamentos e é por isso que esta ciência adquiriu o poder que possui hoje.

Parte desta afirmativa a preocupação dos grupos do movimento negro em inserir o negro nos meios de comunicação com uma imagem positiva, uma vez que a identificação pela população afrodescendente com o que aparece na telinha e nos jornais é evidente. Bordenave (1982, p. 20) ainda afirma que

Para muitos leitores e telespectadores, os meios de comunicação respondem também a suas aspirações de mobilidade social. Talvez por esta razão, os recortes de revista que cobrem as paredes dos favelados raramente contêm cenas de pobreza e opressão e sim de mansões de luxo, pessoas bem vestidas, personagens aparentemente bem-sucedidos, como astros de cinema, cantores e estrelas de futebol.

É preciso, portanto, fazer com que a aparição do negro se torne mais freqüente nos meios de comunicação, claro, em um contexto amistoso, para que a população negra não tenha apenas modelos europeizados para se espelhar, para que as crianças negras não tenham apenas loiras dos olhos azuis apresentando programas infantis, mas que vejam sua raça, pessoas com seus traços e sua herança, tanto genética quanto cultural, nos mais diversos espaços e áreas, dando a eles a certeza (verdadeira) de que o negro pode sim ter seu lugar ao sol. A questão da democratização dos meios de comunicação de massa se torna algo que não pode ser mais adiado, a sua concretização se faz necessária já.

3.2- IMPRENSA NEGRA: O OUTRO LADO DA HISTÓRIA

Quando falamos sobre a inclusão do negro nos meios de comunicação de forma condizente com a realidade racial de nosso país, muitos podem se perguntar sobre o porquê não criar uma imprensa negra, que tenha seus enfoques voltados para os problemas cotidianos enfrentados por esta parcela da população. Esta seria também uma saída para a inclusão de mais atores sociais negros no cenário midiático brasileiro. Mas aí volta-se a questão colocada por Florestan Fernandes: o negro não quer tomar o lugar que o branco ocupa, muito menos competir com ele, a população negra quer apenas estar ao seu lado e gozar dos mesmos direitos e privilégios que os não-negros desfrutam. Então podemos dizer que a população afro-descendente não deseja a criação de uma imprensa negra, ela apenas quer que a Grande Mídia de hoje, majoritariamente branca, seja transformada em uma mídia integracionista. Os negros não querem que os meios de comunicação os aceitem e depois tentem moldá-los, enquadrando-os nos padrões europeus e norte-americanos de beleza. Eles querem que as especificidades de sua cor sejam incluídas no universo midiático, abrangendo-as em toda a grandeza de sua diversidade, que não é nem melhor, nem pior, é apenas, como o próprio nome diz, diversa.

Se nos aprofundarmos no estudo da imprensa negra que existiu no século passado e que retoma agora forças com publicações como a revista *Raça*, veremos que a integração e a aceitação foram sempre os pilares que sustentaram o ideal desta mídia, que podemos chamar de alternativa. Pontuamos que o sentido de imprensa alternativa não tem, aqui, o mesmo significado colocado por estudiosos de

comunicação ao se referirem à imprensa praticada durante o período da ditadura militar brasileira. Nós a utilizamos com sentido de ser uma opção àquilo que os meios de comunicação têm realizado.

Iniciada em 1915, com o jornal intitulado *O Menelick*, a chamada imprensa negra constituía um importante instrumento influenciador de uma ideologia étnica do negro. Os jornais que sucederam a *O Menelick: A rua e o Xauter*, 1916; *O Alfinete*, 1918; *O Bandeirante*, 1919; *A Liberdade*, 1919; *A Sentinela*, 1920; *O Kosmos*, 1922; *O Getulino*, 1923; *O Clarim da Alvorada e Elite*, 1924; *Auriverde, O Patrocínio e O Progresso*, 1928; *Chibata*, 1932; *A Evolução e A Voz da Raça*, 1933; *O Clarim, O Estímulo, A Raça e Tribuna Negra*, 1935; *A Alvorada*, 1936; *Senzala*, 1946; *Mundo Novo*, 1950; *O Novo Horizonte*, 1954; *Notícias de Ébano*, 1957; *O Mutirão*, 1958; *Hífen e Niger*, 1960; *Nosso Jornal*, 1961; e *Correio d'Ébano*, 1963, segundo o site <http://www.terrabrasileira.net/folclore/origenes/africana/imprensa.html>², concentravam em seu noticiário

acontecimentos da comunidade, divulgando a produção de seus intelectuais nas páginas destas publicações, aconselhando, orientando e criando, mesmo, um código moral puritano para ser obedecido pelos negros, essa imprensa “feita por negros para negros” marcou profundamente o pensamento do negro paulista.... Esses jornais, mantidos pelos próprios grupos que os editavam e alguns membros da comunidade que se cotizavam para ajudá-los, constituíram um fato único no Brasil. A obstinação desses grupos negros em manterem um espaço ideológico e informativo independente, bem como a sua consciência étnica, determinou a sua continuidade, embora intermitente. Por outro lado, esses jornais também serviram de veículo organizacional dos negros. As discussões que se tratavam nas suas páginas, a colocação permanente dos problemas específicos da comunidade, as denúncias contra o racismo e a violência através de fatos concretos, tudo isso levou a que os negros de São Paulo fundassem o maior movimento político negro no Brasil: a Frente Negra Brasileira.

² Este site possui alguns links sobre a história do negro e, entre eles, um intitulado Imprensa Negra que conta como era a imprensa feita por negros, para negros, no início do século passado.

Sodré (2000, p. 239) ratifica o que é exposto no site, afirmando que

esta imprensa caracteriza-se pela tentativa de fazer o negro integrar-se na sociedade global: os textos, de feitiço rebuscado e literário, noticiam aniversários, casamentos, eventos sociais; veiculam protestos contra o preconceito racial; incitam à educação como recurso de ascensão social; condenam o alcoolismo e as práticas boêmias. Predomina a moral puritana, valorizada como meio de obtenção de respeitabilidade e equiparação aos padrões brancos.

Percebemos, aqui, uma crítica de Sodré a respeito do posicionamento desta imprensa, o que pode ser reiterado em outro trecho de seu livro *Claros e Escuros* (2000, p. 240) quando ele esclarece que

apesar do tom de protesto racial, o horizonte político é integracionista, voltado para o aprimoramento escolarizado da consciência, a fim de melhor acomodar-se à sociedade branca com todos os seus valores. E não era para menos: assim como a Ação Integralista Brasileira, à qual estavam ligadas algumas facções, a Frente Negra pautava-se pelos princípios fascistas do nacionalismo, catolicismo e autoritarismo. Socialmente excluído, o indivíduo negro aspirava tão-só à igualdade econômica e política, acompanhada do respeito racial. “Revolução dentro da ordem”, eis como o sociólogo Florestan Fernandes definiu o movimento.

Mas, ao mesmo tempo em que critica, Sodré (2000, p. 241-242) reconhece o valor significativo da existência desta imprensa para a formação de uma consciência negra brasileira.

Até o final de 1963, quando o golpe militar silencia, pela segunda vez na História do país, a imprensa negra, esta jamais deixou de refletir os protestos e esperanças dos descendentes de africanos. Mesmo caracterizada por publicações de pequena tiragem e de curta duração, essa imprensa foi fundamental para a formação de uma consciência diferenciante, atenta a problemas de socialização específicos do negro brasileiro.

Apesar da importância conferida por Sodré à imprensa negra, ele mesmo coloca que toda esta movimentação se restringiu, principalmente, ao estado de São Paulo e que não houve ganhos realmente significativos na área social.

A partir da década de 80, já nesta nova etapa da imprensa negra brasileira, uma vez que a última foi silenciada pela ditadura militar, o autor a descreve como forma de reflexão do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU), que pretendia e ainda pretende acabar com o mito de democracia racial, tão aceito e proclamado em nosso país. Sodré (2000, p. 242) considera que, com a nova imprensa negra,

Esvanecem-se os discursos reivindicativos e pedagógicos, as preocupações com ordenamento familiar e formação profissional, dando lugar a enunciados de denúncia do preconceito de cor, análises da consciência discriminatória, a informações históricas sobre colonialismo e escravidão, a esparsos juízos afirmativos de identidade negra que procuram resgatar os valores políticos das lutas anti-coloniais na África. Ao mesmo tempo, fundam-se em universidades e fora delas centros de estudo em torno da categoria “cultura negra”, que abrange os cultos, os costumes e os jogos afro-brasileiros.

Nesta nova imprensa negra, percebemos a necessidade do “aqui e agora”. Talvez os anos de espera e passividade, sem a obtenção de grandes ganhos sociais concretos, fizeram com que a paciência se esgotasse e a voz dos marginalizados clamando por igualdade, que por muitas vezes ecoou na época que antecedeu à abolição, fosse ouvida novamente em nosso país. A diferença é que, agora, existem mais vozes compondo este coro e não há mais como a classe dominante silenciá-lo com a indiferença e o desprezo que usava naquela época. Publicações voltadas

especificamente para a população negra, como as revistas *Raça e Afirma*, buscam elevar a auto-estima do negro e dar-lhe força para produzir, seja arte, saber, ou apenas conscientização. O importante é fazer com que o corpo que estava em repouso não continue assim. A nova imprensa negra, impulsionada por um movimento negro organizado e atuante, é a força descrita por Newton que age sobre o corpo - a população negra - e faz com que ele se movimente - reivindique. Esta imprensa considera que os anos de espera pela conscientização daqueles que estão no poder já foram mais do que suficientes e que a mudança para a equiparação e, principalmente, cumprimento dos direitos deve acontecer agora. A democratização dos meios de comunicação é necessária para que o mito da democracia racial se torne realidade, não imposta pela classe dominante, mas vivenciada e, sobretudo, vivida por todos, negros, pardos e brancos.

4 A TELEVISÃO NA VIDA DO BRASILEIRO

Não é possível deixar de falar em televisão e no imenso poder que esta possui sobre grande parcela da população brasileira quando tratamos de comunicação como um todo e, mais especificamente, de imprensa. É a televisão um dos principais veículos de informação das camadas mais populares de nossa sociedade, por isso é dela a responsabilidade do grau de informação e, por vezes, formação do povo brasileiro (ROLDÃO, 1999b, 32). Devido a isto, cabe aqui uma retomada da história deste meio de comunicação de massa e sua importância adquirida dentro de nossa sociedade.

Em um período que coincide com a consolidação da sociedade urbana, no qual a indústria estava em pleno desenvolvimento após a segunda Guerra Mundial, a televisão chega ao Brasil, trazida por Assis Chateaubriand, em 1950, e é muito bem recebida pelo governo de Getúlio Vargas, que, assim como os Estados Unidos, viu

nesta nova tecnologia um artifício para frear o crescimento socialista, firmando a superioridade do capitalismo.

Inaugurada precisamente em 18 de setembro de 1950, a TV Tupi Difusora foi a primeira emissora de televisão brasileira, que, assim como as outras que a seguiram, era marcada pelo imprevisto, uma vez que a transmissão era feita ao vivo, pelo regionalismo, já que, entre outros, o fato de ser ao vivo a atrelava ao local de difusão, e pela herança radiofônica, que influenciou e continua influenciando a produção televisiva brasileira, tanto na questão da linguagem, quanto no aproveitamento dos profissionais.

Quando tratamos da história da televisão em nosso país, uma questão que sempre levanta polêmica são as concessões. Antes da Constituição de 1988 ser promulgada, o presidente da República detinha plenos poderes quanto às concessões de rádio e televisão. Esta Constituição modificou este tratamento, determinando que as permissões para funcionamento dos meios de comunicação deveriam ser aprovadas também pelo Congresso Nacional, o que, na teoria, conferiu mais credibilidade a esta ação, mas que, na prática, não significou grandes mudanças.

Um período que deve ser analisado quando ponderamos a respeito de televisão e, especificamente, de concessão, é o da ditadura militar. Ivete Cardoso do Carmo Roldão (1999a, p. 70) cita que, durante o governo do general João Figueiredo, último presidente daquele momento político, foram outorgadas mais de 700 concessões de rádio e TV. Ela afirma ainda que Figueiredo só foi superado por José Sarney. Em seu governo foram dadas 1091 autorizações de funcionamento. É interessante avaliar também que estas permissões eram concedidas às famílias, principalmente famílias de

políticos, o que explica, por exemplo, o fato de Antônio Carlos Magalhães possuir grande parte dos veículos de comunicação do estado da Bahia.

Tudo isto mostra que, desde o início, o processo de aquisição de concessão para a televisão foi feito de maneira, muitas vezes, ilegal. Um episódio que exemplifica esta afirmação é o caso que envolve a maior rede de televisão do país, a Rede Globo de Televisão, e uma empresa estrangeira, a Time-Life.

Embora a Constituição do Brasil proibisse parcerias entre empresas brasileiras e estrangeiras na administração e orientação intelectual de emissoras de televisão, a lei, ou melhor dizendo, os políticos fizeram vistas grossas quanto ao financiamento da Rede Globo pela empresa americana Time-Life, que, segundo Kellen de Oliveira Leal (2001, p. 62), investiu cerca de “trinta vezes mais o valor do capital da emissora, que, em 1966, era de pouco mais de 200 mil dólares”.

É mais do que evidente que a empresa americana não investiu na emissora brasileira porque vislumbrou todo o potencial do empresário Roberto Marinho. Assim como é ingenuidade pensar que toda a rigidez do sistema militar da época de inauguração da Rede Globo não sabia da sociedade entre a Time-Life e a empresa brasileira. Obviamente, tanto regime militar, quanto norte-americanos lucraram com esta parceria.

Segundo Ivete Roldão (1997, p.30) apud (Leal 2001, p.63), houve “três objetivos da Rede Globo na criação de uma rede nacional de TV: obter lucro, mobilizar a opinião pública em torno do Governo Militar e propiciar a entrada do capital estrangeiro no País”.

Através desta parceria, a Rede Globo foi a mais beneficiada com a censura imposta pelo regime militar, uma vez que o seu posicionamento estava de acordo com

os limites tolerados pelo Governo. Isto é ratificado quando se observa que foi justamente durante o período da Ditadura Militar que outras emissoras de televisão tiveram suas concessões cassadas ou fecharam suas portas. Exemplos disto são a TV Excelsior, que teve sua concessão cassada em 1969, a TV Rio, fechada em 1977, e a TV Tupi, extinta em 1980.

Com base neste acordo também, Kellen Leal (2001, p. 62-63) relata ainda que

Roberto Marinho se comprometia a instalar toda a infra-estrutura da rede enquanto a Time-Life se comprometia a oferecer treinamento especializado, troca de informações sobre direção administrativa e comercial, assessoria na parte de engenharia e orientação para aquisição de filmes e programas estrangeiros [...] esse acordo só foi examinado pelo Ministério das Telecomunicações em 1965, quando a Rede Globo já estava no ar, após denúncia de Carlos Lacerda e João Calmon. Apesar de a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) ter considerado ilegal a transação entre a Globo e a Time-Life, Roberto Marinho teve total apoio dos militares, num processo que se arrastou durante três anos e terminou com a legalização definitiva da emissora em 1968, pelo então presidente Marechal Arthur da Costa e Silva. (LEAL, 2001, p. 63)

Kellen Leal (2001, p. 64) também avalia a trajetória de ascensão realizada pela Rede Globo de Televisão, mostrando que é

Alicerçada em uma mentalidade empresarial e visando transformar a exploração comercial da TV em um negócio lucrativo, é nesse contexto que a Rede Globo inicia sua caminhada rumo à liderança de audiência. Adotando uma programação popular, a Globo conquistou o recente público televisivo, incorporado pela facilidade da venda de aparelhos pelo crediário.

E é neste contexto também de “concessões” que Kellen Leal (2001, p. 65) analisa que, no Brasil, o poder nunca mudou de mãos e que, a partir desta manutenção do poder nas mãos da classe dominante,

fica fácil entender o monopólio da Rede Globo e o nivelamento (por baixo) de toda a nossa programação televisiva; visto que não é do interesse do governo que mais de 150 milhões de pessoas tenham educação e sejam bem informadas e politizadas o suficiente para perceber o jogo político realizado no Brasil e questionar esse sistema injusto que privilegia alguns e condena a grande maioria a viver em condições sub-humanas.

A respeito da despolitização proporcionada pela TV e, mais especificamente, pelo telejornalismo, Pierre Bourdieu (1997, p.23-24) considera que

Ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos. Sob esse aspecto, orientamo-nos para uma divisão, em matéria de informação, entre aqueles que podem ler os jornais ditos sérios, se é que continuarão sérios em razão da concorrência da televisão, aqueles que têm acesso aos jornais internacionais, às emissoras de rádio em língua estrangeira, e, do lado, os que têm por toda a bagagem política a informação fornecida pela televisão.

O pesquisador (BOURDIEU, 1997, p. 73) ainda acrescenta que

Levadas pela concorrência por fatias de mercado, as televisões recorrem cada vez mais aos velhos truques dos jornais sensacionalistas, dando o primeiro lugar, quando não é todo o lugar, às variedades e às notícias esportivas: cada vez mais freqüentes que, não importa o que tenha podido ocorrer no mundo, a abertura dos jornais televisivos seja reservada aos resultados do campeonato francês de futebol ou a este ou aquele outro evento esportivo, programado para irromper no jornal das 20 horas, ou ao aspecto mais anedótico e mais ritualizado da vida política (visita de chefes de Estado estrangeiros, ou visitas do chefe de Estado ao estrangeiro etc.) sem falar das catástrofes naturais, dos acidentes, dos incêndios, em suma, de tudo que pode suscitar um interesse de simples curiosidade, e que não exige nenhuma competência específica prévia, sobretudo política. As notícias de variedades, como disse, têm por efeito produzir o vazio político, despolitizar e reduzir a vida do mundo à anedota e ao mexerico, que pode ser nacional ou planetário, com a vida das estrelas ou das famílias reais), fixando e prendendo a atenção em acontecimentos sem conseqüências políticas.

Apesar de estar refletindo sobre os telejornais franceses, a colocação feita por Bourdieu se adequa também à situação brasileira. Ivete Roldão (1999b, p.32) comprova o que foi descrito por Bourdieu afirmando que

O jornalismo na TV, na medida em que não estimula o raciocínio crítico e massifica a população, conduzindo-a à aceitação dos interesses de uma minoria, legitima o poder de quem já o tem: políticos, empresários e as próprias emissoras de televisão. Isso, aliado ao nível educacional existente no Brasil e uma realidade na qual a maioria das pessoas não tem acesso a outro tipo de atividade cultural e de informação, faz com que os telespectadores, alienados, se deixem levar pelo poder da “telinha”.

No contexto proposto por estes dois estudiosos, podemos entender porque o *status quo* do Mesmo Hegemônico e do Outro se mantém inalterado por tanto tempo. Não convém à classe dominante que os dominados tomem consciência de sua situação e se revoltam contra o sistema. Através da análise destes dois autores, entendemos também porque é difícil realizar uma verdadeira revolução nos meios de comunicação de modo que estes possam se transformar em mecanismos de promoção de uma autêntica democracia, não apenas proclamada aos quatro ventos, mas real e verdadeira divulgada no lar de cada brasileiro.

O povo ainda não tomou consciência do recorte da realidade feito pela mídia que, como analisa Bourdieu, informa apenas fatos que não conduzam a uma politização da população. E além da falta de conteúdo mobilizador, as notícias ainda são jogadas como flashes sobre o povo, fazendo com que pouco seja armazenado, produzindo um alienamento ainda maior. Tem-se a impressão de que a realidade vivida no dia-a-dia de cada cidadão, na qual miséria, desemprego, fome e preconceito são fatores comuns do cotidiano, não é a mesma mostrada pelos jornais, que, apesar de noticiar as altas dos

preços, as taxas de desemprego e a situação precária dos serviços públicos, trabalha as informações de modo que o telespectador tenha a impressão de que as coisas não estão tão ruins assim. É fácil ver nos noticiários matérias do tipo faça você, ou seja, o telejornal apresenta, por exemplo, pessoas que estavam desempregadas e começaram a trabalhar por conta própria, montaram seu negócio. O telespectador desempregado que está em casa assistindo a este tipo de notícia tem a impressão que a falta de emprego que está vivendo não é uma consequência de toda uma conjuntura social, política e econômica brasileira. Ele passa a acreditar que a ausência de uma ocupação é acomodação sua.

Nesta situação, fica clara a necessidade de uma transformação dos meios de comunicação de modo que estes possam contribuir para uma maior mobilização do povo, haja vista a sua importância frente à formação de opinião da população, principalmente a parcela mais carente.

Neste contexto também, situamos a necessidade de a mídia tratar a questão do preconceito racial em nossa sociedade de uma forma mais condizente com a realidade. Cabe a ela mostrar a diversidade racial existente em nosso país, de modo que a população negra se veja representada de maneira equânime, tomando consciência de sua situação e valor².

Esta participação dos meios de comunicação na luta pela construção de uma sociedade democrática, além de formar cidadãos mais capazes de entender a realidade que os envolve, seria também decisiva na abolição dos preconceitos e discriminações,

² Usamos aqui a palavra valor no sentido de se contrapor aos lugares pré-estabelecidos pelo Mesmo Hegemônico para a população negra, que, geralmente, são aqueles sem grande prestígio social.

de modo que não apenas a sociedade se tornasse igualitária, mas também que as pessoas se reconhecessem mutuamente como iguais.

4.1 DIVERSIDADE RACIAL NA TV

Com uma herança radiofônica, as emissoras de televisão têm, a cada dia, procurado aperfeiçoar as técnicas de transmissão, em busca de uma melhor definição de imagem e som que possa ser o diferencial com relação às outras emissoras e, portanto, o fator que definirá os índices de audiência.

Um exemplo desta busca pela perfeição é a Rede Globo de Televisão, que chegou até a criar seu próprio padrão de qualidade. Como a criação desta emissora contou com o apoio do governo e de uma empresa norte-americana, o seu aperfeiçoamento e conseqüente destaque com relação às outras emissoras se deram de forma rápida. Todo este desenvolvimento chamou a atenção das concorrentes, que buscavam copiar o Padrão Globo de Qualidade e, com isso, disputar os pontos do índice de audiência com a empresa de Roberto Marinho, líder absoluta do mercado televisivo.

Entretanto, com o passar do tempo, as emissoras perceberam que outras propostas também chamavam a atenção das camadas mais populares da sociedade e investiram nisto. Foi neste momento que surgiram programas como o do Ratinho ou do Leão. Estes programas fizeram o caminho inverso ao percorrido pela Globo. Ao invés de investir em qualidade, mostrando um mundo cheio de *glamour*, do qual todas as pessoas queriam fazer parte, as outras emissoras foram atrás da realidade vivida pelas camadas mais populares de nossa sociedade. Em programas como o do Ratinho, as

peessoas podem assistir a casos que realmente acontecem com elas. Elas podem estar lá, aparecer na TV. Para nós isto pode parecer algo infantil, mas para estas pessoas, estar na telinha é ocupar os espaços de seus ídolos. Para elas, poucos minutos são o suficiente para a realização de um sonho. E é isto o que estes programas oferecem a elas, a realização de sonhos.

Acontece, então, uma inversão dos papéis. A Globo, que era líder absoluta de audiência, sente necessidade de reformular o conteúdo de seus programas de modo que os pontos do Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – antes perdidos, fossem recuperados. Uma das saídas encontrada e adotada não só pela Globo, mas também pelas demais redes de TV, foi a dramatização, até mesmo dos telejornais.

Quanto a isto, Iluska Coutinho (2001, p. 8) considera que

Ao extravasar o imaginário e atingir a informação, a cultura de massa acabaria por impor uma dramatização ao relato noticioso. Além disso, haveria um processo de vedetização, em que as vidas privadas de atores da sociedade e do star system se tornariam públicas, sempre como relato de confidências, alicerçadas no apelo emocional.

Rogério Eduardo Rodrigues Bazi (1999, p.13) completa o que foi dito por Iluska, explicando que esta dramatização é algo que vem se tornando cada vez mais freqüente.

O que vemos hoje com maior ênfase, é que o espetáculo dá margem para o sensacionalismo, ao ridículo, ao anti-jornalismo. A fórmula do sucesso de audiência encontrada pelos programas Cidade Alerta, 190 Urgente!, Programa do Ratinho, entre outros, chamou a atenção dos diretores de jornalismo das TVs. Eles estão cada vez mais produzindo um Show Nacional, um Show da Band, da Record, do SBT...

A presença desta dramatização no telejornalismo só vem reforçar o que foi dito por Bourdieu sobre a despolitização e alienação do povo pela televisão, uma vez que, quando se conta uma notícia usando a dramatização, tem-se a impressão de que aquele fato não pertence ao mundo real, de que é apenas uma história.

Outro ponto que pode ser analisado sobre a questão da dramatização usada nos telejornais é o da identificação. Os telespectadores vivenciam a situação proposta pela história contada tendo em si a personagem principal, a partir daí fica fácil manipulá-los de modo que a consciência do mundo aqui fora se perca no meio do enredo do conto-de-fadas.

Além dos telejornais, as novelas também têm este poder de abstração, fazendo com que os telespectadores vejam na composição deturpada da sociedade, feita pelos cenários e personagens das mesmas, uma realidade falsa. Quando analisamos as telenovelas brasileiras podemos ver “claramente” a falsa representação racial de nossa população. O negro, que antes era representado de maneira estereotipada, agora é apresentado de maneira vazia.

Celina e Dalmer Pacheco (2002) analisa esta questão ressaltando que

O conceito de “*merchandising de valores*” explicita a competência da novela brasileira em – apesar de discutir temas polêmicos, ousados e, até mesmo, desviantes/marginais – apresentar soluções conservadoras e de manutenção do *Status quo* sob a ótica de uma Cultura de Classe Dominante. Racismo, sexualidade, luta de classes, cidadania, etc são pulverizados ao longo do desenrolar dos *plots*.

Joel Zito Araújo (RAMOS, 2002, p.64), em seu estudo sobre a teledramaturgia, constatou que

O negro, a negra e a criança negra apareceram nas novelas em papéis de pessoas subalternas. Os papéis mais oferecidos foram os de empregadas e empregados domésticos, copeiros, motoristas e semelhantes. Também foram oferecidos alguns papéis de marginais, bandidos e malandros. Nas novelas que tinham como fundo a temática da escravidão, que se tornaram um sucesso internacional, um grande filão de mercado, principalmente depois de “Escrava Isaura” ter sido vendida para 67 países, foram oferecidos muitos papéis de escravos, pois a TV Globo percebeu que a temática da luta contra a escravidão, a luta por liberdade, era uma temática muito forte, muito vendável. Mas a nossa principal crítica não é oferecimento de papéis de pessoas subalternas para os atores negros. O que caracteriza sempre o papel dado ao negro é que ele deve ser secundário.

Hoje a representação do negro como serviçal começa a mudar, mas a atuação de atores negros em papéis secundários ainda é uma realidade. As novelas que estão atualmente no ar já apresentam negros bem sucedidos como o fotógrafo de *Celebridade* (novela transmitida pela Globo, às 20h 45, cujo o capítulo final foi ao ar dia 26/06/04) ou o funcionário da empresa do Dr. Afonso (personagem de Lima Duarte) da novela *Da Cor do Pecado* (transmitida às 19h pela Rede Globo). Vale ressaltar que *Da Cor do Pecado* é a primeira novela que traz uma atriz negra como protagonista, Taís Araújo. Ela interpreta Preta, uma feirante maranhense que se apaixona pelo herdeiro das empresas do Dr. Afonso, Paco, interpretado por Reinaldo Gianechini. Apesar de todo o estardalhaço feito em torno da novela, por ser a primeira com uma protagonista negra, as pessoas que assistem à novela podem reparar que o número de atores negros não é maior do que na maioria das outras novelas.

Podemos retomar aqui a questão do belo. Os nossos padrões de beleza, como dito antes, ainda são os euro-americanos. A este respeito, Alessandra Esteves Filgueiras (1997, p. 48-49) afirma que

O homem contemporâneo conhece na infância seus estereótipos de belo e sensual. As belezas pseudo-ingênuas de Xuxa e Angélica fixam no inconsciente dos meninos um desejo de posse e, nas meninas, um desejo de

imitação. Estes anseios serão reforçados ao longo de toda a vida através do bombardeamento de uma série de símbolos sexuais pelas mídias.

A partir deste pressuposto, podemos entender porque atores e atrizes afro-descendentes não fazem tanto sucesso quanto os brancos. Eles estão em um lugar intermediário, não são o Mesmo Hegemônico, mas já saíram do lugar do Outro. Para serem aceitos no lugar do Mesmo Hegemônico, alguns negros abriram mão de muitas coisas e, por isso, muitas vezes, não são aceitos pela própria população negra, que “não os reconhecem”, afinal muitas das características que os definiam como negros foram camufladas para que eles não fossem rejeitados. Mas é preciso ressaltar que, apesar das concessões feitas, o padrão de beleza europeu ainda está longe de ser alcançado e, portanto, o lugar do Mesmo Hegemônico ainda não pode ser ocupado por eles.

É importante lembrar e reafirmar sempre que os padrões de beleza estabelecidos pela classe dominante não devem ser aceitos pela população negra. É o Mesmo Hegemônico que deve reconhecer e, principalmente, aceitar a beleza contida nos traços afro-descendentes. Isto precisa ser trabalhado de modo que os atores negros possam mudar o protótipo de beleza de nossa sociedade, fazendo com que ele englobe toda diversidade não só racial, mas também cultural de nosso país. Mas, para que isto aconteça, é necessário primeiro que o negro apareça.

Foi pensando nisto, na criação de “modelos negros” em que os negros pudessem se espelhar, que o então deputado, hoje senador, Paulo Paim criou o projeto de lei 4370, que dispõe justamente sobre a representação racial e étnica nos filmes e peças publicitárias veiculadas pelas emissoras de televisão, como mencionamos anteriormente.

Este projeto de lei estabelece que os filmes e programas veiculadas pelas emissoras de televisão deverão apresentar imagens de pessoas afro-descendentes num percentual de 25% e que nas peças publicitárias destinadas à veiculação em emissoras de TV esse percentual deve ser de 40%.

Paulo Paim, ao defender este projeto de lei, salienta que a retratação do negro de forma não coincidente com a mostrada pelas pesquisas do IBGE deve ser superada. O senador (O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO AUDIOVISUAL, 2002, p.121-122) considera que

Todos devem ter os mesmos direitos fundamentais e devem preservar sua auto-estima, seu orgulho e sua dignidade. E o reconhecimento social como ser humano passa pelo direito de ver-se e de ser visto, sem vergonhas preconceitos ou restrições.

Esta proposição, que ora apresentamos aos nobres pares, tem por objetivo resgatar a existência do afrodescendente em nossa sociedade, obrigando as emissoras de televisão a veicular a sua imagem em proporção compatível com a sua presença em nossa população. Se quase metade dos brasileiros é negra ou mestiça, não é razoável que a sua presença na mídia seja podada. Numa televisão brasileira sem preconceitos quase metade dos artistas, figurantes, repórteres, apresentadores e locutores seriam afrodescendentes.

As colocações de Paim são bastante pertinentes quando analisamos a situação do negro em nossa sociedade. Sua primeira colocação sobre o ver-se e ser visto nos remete à questão do fazer da televisão um espelho. O problema da aceitação das especificidades de sua raça seria melhor encarado pelos negros no momento em que eles possuísem exemplos que os motivassem.

A outra questão levantada sobre a representação desigual dos negros na televisão com relação à sua real situação dentro da sociedade, nos leva mais uma vez ao mito da democracia racial de nosso país. Proclama-se a igualdade, mas mostra-se um Brasil no qual a população negra está excluída.

4.2 O NEGRO NO TELEJORNALISMO

Dois dias após a inauguração da TV Tupi, no dia 18 de setembro de 1950, entrou no ar o primeiro telejornal brasileiro, Imagens do Dia. Este telejornal ficou no ar apenas dois anos, cedendo lugar ao Repórter Esso, noticiário que alcançou grande sucesso no Brasil. O Repórter Esso “foi o primeiro a conseguir a respeitabilidade junto ao público, devido a sua longa trajetória no rádio”(MATTOS, 1988, p. 6). O Repórter Esso foi transmitido até 1970, quando a TV Tupi já estava em decadência (LEAL, 2001, p. 53).

Cláudia Mattos (1988, p. 6) relata que “desde sua infância, o telejornal demonstrava vocação teatral. Um único locutor apresentava as matérias reunidas em blocos e lia a manchete do dia num tom vibrante”. A autora considera ainda que a invenção do VT- *vídeo tape* - contribuiu para a evolução do telejornalismo, uma vez que acabou com o formato basicamente local que o meio tinha pela necessidade de revelação e edição dos filmes que continham as matérias.

Mas, segundo Cláudia Mattos (1988, p.7), foi a Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações - que possibilitou uma verdadeira revolução no formato dos telejornais, tornando realidade o sonho da televisão em rede. Em 1º de setembro de 1969, o Jornal Nacional estreou a inovação concretizada pela Embratel se tornando o primeiro telejornal brasileiro a ir ao ar com abrangência nacional.

Depois vieram outras transformações, como por exemplo, a cor. Porém, com o passar dos anos, o que foi feito para informar, vem se tornando mais um programa da televisão, no qual as notícias são dadas em *flashes*, que produzem uma falsa sensação de estar bem informado. Para se ter uma idéia da velocidade que estes *flashes* passam por nós basta analisarmos o material bruto recebido pelos telejornais e o tempo de informação real transmitido por cada um. O Jornal Nacional, por exemplo, recebe, em média, cem horas de VTs por dia e tem a missão de passar toda a informação contida nestas cem horas nos apenas 30 minutos em que o programa tem no ar (ROLDÃO, 1999b, p. 36).

É interessante analisarmos que a parte para programas informativos ocupa menos espaço na grade da programação das emissoras de televisão que as novelas ou os desenhos animados. A Constituição exige que apenas 5% da programação diária de TV seja ocupada com serviço noticioso, sem detalhar o que seria este “serviço noticioso”. Isto abre precedente para que programas como o do Ratinho, que contêm boletins com notas recebidas por agências de notícias, também integrem estes 5% reservados.

Ivete Roldão (1999b, p. 35) ressalta ainda que

Nesta linha de popularização da programação ganham espaço também programas que misturam jornalismo e ficção, como é o caso do “Linha Direta”, programa apresentado às quintas-feiras, na TV Globo, pelo jornalista Marcelo Rezende. Nele, os crimes são reconstituídos com atores profissionais e os telespectadores são chamados a “denunciar criminosos e a ajudarem fazer justiça”.

O argumento de que a popularização dos programas de notícia ou a dramatização dos assuntos tratados fazem com que estes estejam mais perto do público de classe baixa a que atinge só reforça o mito de que a população apenas assistindo televisão pode estar bem informada. O que assistimos é a banalização do conteúdo informativo e, sobretudo, formativo das notícias. A busca por uma audiência maior fala mais alto.

Além disto, o que nos interessa mais de perto neste trabalho, o telejornalismo brasileiro apresenta o mesmo problema da televisão e dos outros meios de comunicação com relação ao negro: a sua invisibilidade. Muniz Sodré (1999, 245-246) coloca que o racismo midiático é suscitado pelos seguintes fatores: a negação – “a mídia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo anti-racista ou a episódicos conflitos raciais.”; o recalcamento - “tanto no jornalismo como na indústria cultural em seus diferentes modos de produção, costuma-se recalcar aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra.”; a estigmatização – “Num país de dominação branca, a pele negra tende a tornar-se um estigma.” E, por último, Sodré (2000, 246) ainda cita a indiferença profissional:

Quando indivíduos de pele escura conseguem empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados a tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço, longe da visibilidade pública.

Quanto a isto, Sodré (2000, p. 246) ainda completa (em nota de rodapé):

Vale registrar a respeito deste tópico que a rede hegemônica de televisão no Brasil (Rede Globo) vem concedendo há muito tempo espaço para uma repórter negra no vídeo. Há algo aí que se poderia chamar de *Know-how* norte-americano na gestão da imagem empresarial: reserva-se um lugar único para uma “colored”, à maneira do sistema de quotas, produzindo-se um simulacro profissional de democracia racial.

São os ícones que a TV brasileira utiliza para camuflar algo mais polêmico que esta por trás: a falsa democracia racial pregada por todos, mas não vivida pelos negros. Neste contexto, os veículos deixam de ser cobrados no sentido de representar a diversidade racial de nosso país alegando que isto já é fato considerando o emprego de pessoas negras em suas empresas. Mas isto pode e deve ser questionado na medida em que, mesmo tendo profissionais negros em suas listas de empregados, esta porcentagem não corresponde ao número real de negros de nossa sociedade.

5 JN: FATOS E IMAGENS QUE NÃO MOSTRAM O BRASIL

No dia 1º de setembro de 1969, estreava o primeiro telejornal em rede nacional do Brasil, que tinha como objetivo a “integração do país”. Assim, entrava no ar, pela primeira vez, aquele que se tornaria, com o auxílio do governo, o telejornal mais visto em todo o Brasil, atingindo picos de mais de 50% de audiência em seus primeiros anos. Segundo Kellen Leal, (2001, p. 66-67), a principal notícia daquele dia

Foi sobre o então Presidente Costa e Silva, que estava se recuperando de uma crise respiratória. O *Jornal Nacional* informava que a Junta Militar, formada pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, assumia o governo e as primeiras imagens transmitiram uma mensagem de otimismo do então ministro da Fazenda Delfim Neto, que acabava de despachar com a Junta.

Com esta primeira edição, o Jornal Nacional definia aquilo que viria a ser seu jornalismo: atrelado ao governo, sem liberdade de expressão e, por conseguinte, superficial. Sobre a censura imposta pelo Estado à televisão, Carlos Eduardo Lins da Silva (1985, p. 30) relata:

Assim, enfeixa em suas mãos uma gama de possibilidades para exercer pressão e controle sobre o que a televisão veicula. Ou de forma ostensiva, através de censura prévia (como a que sofreram todos os telejornais até 1980) ou posterior (como ocorreu com diversas novelas e séries da Globo ao longo dos anos), ou de forma velada, alegando desde critérios técnicos (como a lacração dos transmissores das Rede Bandeirantes em julho de 1983, durante uma greve nacional de trabalhadores) até o desejo da comunidade (como quando a Globo foi obrigada a tirar do ar a série Amizade Colorida) ou simplesmente usando o poder de barganha de que dispõe qualquer anunciante importante, o Estado influencia e intimida a ação da televisão no Brasil de forma decisiva.

Contudo, não foi apenas a censura imposta pelo governo o que consagrou o Jornal Nacional por sua superficialidade. Havia também uma censura interna realizada por diretores, editores e até pelos próprios jornalistas. Isto ficou evidente a partir de 1980, quando a censura prévia do governo foi extinta, e o jornal ganhou mais liberdade. Entretanto, a pressão dos anunciantes, o temor do governo e os interesses da própria empresa de comunicação ainda mantinham as rédeas curtas quando o assunto era a formação do telespectador através da informação passada pela TV.

É interessante analisarmos que, desde o início, o jornalismo tinha como função, além de informar, influenciar as escolhas feitas pelos cidadãos da forma que fosse mais vantajosa, seja para o governo, seja para a própria empresa. Este objetivo de alienar a população pode ser percebido também através do grande número de *fait*

divers usada no telejornalismo. O fato de se preencher um espaço que poderia estar servindo para a informação dos cidadãos, levando-os ao conhecimento da realidade e sendo o ponto de partida para a ação dos mesmos com o intuito de transformar a situação em que se encontram com notícias que, na maioria das vezes, não acrescentam em nada, revela ainda o objetivo, antes do governo, agora da mídia, de despolitizar a população, transformando-a em uma verdadeira massa, não no sentido de homogeneidade, e sim, de controle, colocando o povo nos lugares que melhor atenderem à classe dominante.

Para que seu objetivo (de manipulação) não fosse descoberto logo no início de sua veiculação, o Jornal Nacional se escondeu atrás da máscara da perfeição técnica, o que concedeu ao jornal a credibilidade que ele precisava junto à população. A este respeito, Kellen Leal (2001, p. 68) afirma que

Para conquistar a audiência nacional, a Globo se empenhou na perfeição técnica [...] Assim, o Jornal Nacional surgiu com um novo estilo de apresentação de notícias, com ritmo e *timing* na articulação de texto e imagem. Além disto, a Globo instituiu uma coisa quase impossível para a época, devido ao predomínio do improviso: os programas entravam no ar na hora certa. O fato é que, na Globo, não havia improvisos, as notícias eram produzidas após rígido planejamento, seguindo o padrão Globo de qualidade.

Este padrão Globo de qualidade, em diversos momentos, serviu para encobrir a superficialidade das notícias do jornal. Apresentadores bonitos, bem vestidos e com vozes eloqüentes ganhavam a simpatia do público, que, muitas vezes, deixava de prestar atenção no conteúdo informacional da notícia e tinha no jornal apenas mais um programa de entretenimento.

Em 1970, com o final do Repórter Esso, a Rede Globo passou a ocupar o primeiro lugar no ranking da audiência. o Jornal Nacional passou a ser, na maioria das vezes, a principal, senão a única, fonte de informação para milhões de brasileiros. Foi a partir desta receptividade junto ao povo, que a emissora aumentou ainda mais o seu poder. Um exemplo disto é dado por Lins (1985, p. 41):

Uma reportagem mostrando a incineração de pintinhos por produtores insatisfeitos com o preço no mercado de animais, em outubro de 1983, fez com que mais de 50.000 pessoas indignadas de todas as partes do País ligassem para as afiliadas da Globo e para a Central do Rio de Janeiro, congestionando todos os troncos da Globo no País. Uma reação em massa que dá boa dimensão do que representa o principal noticiário televisivo do País.

É analisando momentos como este que nos deparamos com a seguinte questão: qual a verdadeira consequência para a sociedade em geral, mas, especialmente, para os mais pobres, quando se confere tanto poder a uma empresa privada? É preciso ressaltar aqui o fato de a Globo ser uma empresa privada para que se tenha consciência de que ela não trabalha em favor do povo, e sim, dos seus próprios interesses, trabalha em favor dos interesses de seus proprietários. Acreditamos que isto deveria ficar bem claro na cabeça de cada cidadão brasileiro para que ele pudesse desenvolver seu senso crítico diante daquilo que lhe foi transmitido como verdade dos fatos, para que ele levasse em conta que o que está sendo passado não é apenas uma narração dos acontecimentos, mas que há, por trás de cada notícia, a ideologia da empresa que a apresentou. A partir desta análise, o brasileiro estaria bem mais consciente para julgar o que lhe é passado, pesando os prós e os contras e tirando para si o que realmente lhe interessa. Ele seria capaz de entender que nem tudo o que aparece na telinha, em especial no Jornal Nacional, líder de audiência, é a

nossa realidade, pode ser a realidade dos produtores, editores e diretores do telejornal, ou apenas a realidade que eles querem que seja passada a nós.

Refletindo sobre aparecer na telinha, é interessante avaliarmos o poder que esta tem em uma sociedade em que a televisão é praticamente a principal fonte de informação e de diversão. Acreditamos que muitos dos problemas sociais que enfrentamos devem, em grande parte, sua perpetuação à negligência dos telejornais. Tomemos como exemplo o preconceito racial, tema deste trabalho. Quem assiste os telejornais diários tem a nítida impressão de que o Brasil realmente é uma democracia racial, como proclamava Gilberto Freyre. Os problemas sociais enfrentados diariamente por negros e pardos são totalmente excluídos da grade dos noticiários. Os negros, na maioria dos casos, só são tema de notícias quando estão no banco dos réus. Há um fato, vivido há pouco tempo, que ilustra bem o que foi dito. O caso do empregado doméstico que está sendo acusado de matar o casal Staheli. Não que este caso não devesse ser noticiado e os culpados, independente da cor da pele, serem punidos, o que indagamos é se é só esta a face que o negro possui no nosso país, a de bandido.

Outro fato que nos chama a atenção quando analisamos os telejornais brasileiros é a questão do prestígio concedido ao meio e a seus apresentadores. Carlos Eduardo Lins da Silva explica que o mesmo não acontece em outros países. No exterior, o telejornalismo é um tipo de programação que rende mais prestígio do que dinheiro e que, por isto, não recebe grandes porcentagens das verbas de produção.

Talvez o fato de que no Brasil os telejornais tenham toda uma roupagem de programa de entretenimento garanta a eles o mesmo prestígio das novelas, o que se mostra como mais um ponto negativo contra o Jornal Nacional no que tange à

manipulação da realidade, pois, na medida em que os apresentadores são reconhecidos como celebridades, tende-se a dar maior credibilidade ao que é dito, sem questionamentos e análises.

Um ponto que não pode deixar de ser registrado é o acerto da Rede Globo quanto à colocação do Jornal Nacional em sua grade. Especialistas apontam que não é a qualidade do telejornal o que motiva as pessoas a vê-lo, e sim, a lei da inércia. Se o canal de nosso programa favorito oferece um telejornal de pouca qualidade antes que o programa comece, dificilmente iremos trocar de canal para ver um telejornal de melhor qualidade e depois voltaremos para ver nosso programa favorito. Preferiremos continuar no mesmo canal e assistir ao telejornal oferecido por ele. O Jornal Nacional está colocado entre as duas principais novelas da emissora.

Lins (1985, p. 35) ainda cita algumas alternativas que o executivo de televisão tem para alavancar os índices de audiência dos telejornais sem ter que melhorar o nível jornalístico:

Aumentar a extensão do alcance do sinal, ampliar o número de estações afiliadas à rede, encaixar o telejornal no meio de dois programas de grande popularidade, contratar grandes nomes que, por si só, sejam capazes de atrair o público para apresentar as notícias, entre outras. Em relação à qualidade, é preciso apenas manter o mínimo nível que não provoque os espectadores a mudar de canal.

Após estas colocações, Lins (1985, p. 35) analisa o caso do Jornal Nacional

Dentro desta lógica, a estratégia da Rede Globo quando decidiu lançar o Jornal Nacional em 1969 foi absolutamente perfeita. Aquele seria o programa de prestígio da casa. Para que tivesse uma audiência garantida, ficaria espremido

entre duas telenovelas, já então o gênero mais popular e com uma fórmula que se mostraria imbatível ao longo dos anos: às 19 horas, um enredo mais leve e bem-humorado e às 20 horas outro mais adulto e dramático. No meio delas, um telejornal que desse à dona-de-casa o tempo certo para colocar o jantar na mesa e ao chefe de família a chance de inteirar-se mesmo que superficialmente dos principais assuntos do dia. [...] com o tempo as coisas se alteraram um pouco. Mas para aquele momento, a fórmula funcionaria às mil maravilhas. A preocupação com o conteúdo era mínima, se não nula. O importante era manter o fluxo de audiência, demonstrar força com um programa que atingisse todo o Brasil ao mesmo tempo e extrair prestígio do noticiário, tanto da parte do público quanto das autoridades governamentais.

Se partirmos da colocação feita por Lins, podemos concluir que o Jornal Nacional não foi idealizado como um programa jornalístico que levasse informação de qualidade a toda população, mas sim, como um tapa-buraco que garantisse à emissora a continuidade da audiência em todo horário. Foi em função disto que este período passou a ser chamado de horário nobre: um período em que grande parte da população brasileira estava em casa e que garantia à televisão os maiores índices de audiência de todo o dia e, por conseguinte, o maior número de espectadores. Isto fez com que, ao longo dos anos, os intervalos do Jornal Nacional se tornassem os mais cobiçados pelos publicitários, uma vez que era o horário em que se conseguia atingir a maior parte da população de uma só vez. Esta intensa procura fez também com que o horário se tornasse o mais caro de toda a televisão brasileira.

Continuando com a história do maior telejornal brasileiro em termos de audiência, vemos, em março de 1996, uma grande mudança com a saída de Cid Moreira, que apresentou o telejornal desde o primeiro dia e continuou presente na casa de milhares de brasileiros durante 27 anos, e a entrada de William Bonner e Lílian Witte Fibe. Já que alguns parágrafos antes comparamos o Jornal Nacional aos programas de entretenimento da Rede Globo, cabe aqui uma outra analogia. Assim como os galãs

Tarcísio Meira, Francisco Cuoco e José Mayer, que garantiram a audiência feminina de várias telenovelas globais, foi também o dono da voz poderosa e rosto atraente, Cid Moreira, que garantiu grande parte da audiência do Jornal Nacional. Outro fato que deve ser pontuado é a saída de Lílian Witte Fibe da apresentação do Jornal em 1998 e a entrada de Fátima Bernardes, esposa de William Bonner, em seu lugar. Logo o casal passou a ser a dupla preferida do telejornalismo brasileiro. Tudo nos leva a crer que, em um país tão aficcionado por telenovelas, o casal de apresentadores passou a representar mais uma história de amor, com uma diferença: enquanto nas novelas o casal de protagonistas só fica junto no final, os brasileiros tinham a oportunidade de ver este casal junto todos os dias.

Partindo desta análise, fica fácil entender porque há tão baixa retenção de informações dadas pelos telejornais por parte do telespectador. Se o jornalismo foca principalmente naquilo que convém à empresa ou aos comerciantes para selecionar o que será noticiado, apostando também naquelas matérias cujo tema são sexo, dinheiro, gente famosa, entre outras (Lins, 1985, p. 36) e se o próprio telespectador vê no telejornal apenas mais um programa de entretenimento, as informações que fariam a diferença e que ajudariam os cidadãos a transformar suas realidades ficam perdidas. A partir daí, entendemos porque no Brasil as mudanças acontecem de forma tão lenta, muitas vezes, sem grande mobilização da população. Em um país onde até a extensão territorial se torna uma barreira, uma vez que estamos muito mais dispostos a colaborar com o que está ao nosso lado do que com aquele que nunca veremos, a televisão poderia ser um meio de integração, como era o *slogan* do Jornal Nacional em seu lançamento. Isto se este órgão estivesse realmente a favor do povo como afirma

Evandro Carlos de Andrade, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 27 de agosto de 1999, quando este era diretor da Central Globo de Jornalismo:

Sempre que houver interesse social, vamos promover. Pela primeira vez na história do Brasil, uma história cartorial, colonial, o povo começa a entender que o governo não tem dinheiro próprio, mas maneja o dinheiro de quem trabalha. Cada brasileiro começa a ter a noção de que o camarada que ganha R\$ 30 mil por mês de aposentadoria é pago por ele, trabalhador. Quanto mais o brasileiro se der conta disto, mais próximos estaremos de acabar com o abismo entre ricos e pobres no Brasil. O uso abusivo, imoral, do dinheiro público criou essa casta de ricos de toda sorte, associados a essas jogadas com os cofres públicos. Na hora em que se conseguir, através da consciência do cidadão, reduzir o grau extraordinário de corrupção que ainda existe no Brasil, e todos os níveis, em todos os poderes, diminui o abismo.

Se o jornal estivesse realmente a serviço do povo como o diretor afirma, seria bem mais fácil conseguir melhores condições sociais para o povo brasileiro, pois, através da nossa história, podemos perceber que quando o povo se uniu para lutar em favor de um mesmo ideal, ele foi vitorioso. O problema é que no Brasil o entretenimento, além de divertir a população, serve também para aliená-la, deixando-a a mercê da vontade dos dominantes.

Em uma matéria de Fernando de Barros e Silva para o jornal Folha de S. Paulo, publicada no dia 28 de agosto de 1999, ano em que o Jornal Nacional completava 30 anos, o jornalista Paulo Henrique Amorim, ex-funcionário da Rede Globo, deu um depoimento que traduz com perfeição a verdadeira função do telejornalismo no Brasil:

O “JN” é jornal só no nome, tem compromisso com o entretenimento, não com o jornalismo. Não é mais fonte de informação para ninguém nem é percebido como um telejornal, e sim como mais um programa que integra e se enquadra na estratégia da programação da Globo.

5.1 METODOLOGIA

O principal objetivo deste trabalho é verificar a visibilidade concedida à população negra na mídia televisiva e qual a conotação desta visibilidade. Deste modo, acabamos por discutir uma questão muito maior: a democratização dos meios de comunicação e, mais especificamente, da televisão. Esta discussão é importante uma vez que a mídia se propõe e prega representar a diversidade cultural e racial do Brasil de forma condizente com a realidade, o que iremos constatar se de fato acontece.

Outro ponto que deve ser levado em consideração quando analisamos a televisão é o poder de penetração que esta possui junto ao grande público, que, na maioria das vezes, é das classes sociais e econômicas mais baixas da sociedade e que possui pouca escolaridade. A televisão é para estas pessoas um dos mais importantes senão o único meio de informação. A ampla relevância deste meio para grande parcela da população brasileira foi o principal motivo que nos levou a escolhê-lo como objeto de estudo, mas é preciso ressaltar também que a importância na formação de uma identidade cultural e de valorização da auto-estima que este veículo tem foi primordial na eleição do assunto a ser tratado nesta pesquisa. A não aceitação das peculiaridades que a raça negra apresenta está muito ligada à questão da imagem que é veiculada pela televisão, mais especificamente, e pelos meios de comunicação de massa, de uma forma geral. Crianças negras não têm em quem se espelhar, não vêem pessoas que tenham as mesmas características fenotípicas que elas nos programas que lhe são

direcionados, não visualizam em si os moldes de beleza ditados pelos veículos de comunicação e é esta ausência de modelos que forma, mais tarde, os preconceitos contra a própria raça na cabeça destas crianças.

Este trabalho quer colocar toda esta questão em xeque. Para isso, escolhemos a Rede Globo de Televisão como nosso estudo de caso, pelo alcance que possui dentro do território nacional, onde seu sinal chega a cerca de 98% dos municípios brasileiros. Toda a abrangência desta emissora se torna de fundamental importância na avaliação daquilo que vem sendo consumido e tido como verdadeiro pela população brasileira através da televisão.

Mas não havia como analisarmos tudo aquilo que é transmitido pela Rede Globo para comprovarmos a igualdade racial do que é veiculado. Deste modo, averiguamos o que é passado pela emissora de forma geral sem nos prendermos muito e selecionamos o telejornalismo como recorte para nossa pesquisa.

A opção pelo telejornalismo se fez por dois motivos: primeiro por ser este, muitas vezes, o único meio de informação de milhares de brasileiros. É importante pontuarmos que o Brasil ainda é um país no qual mais de 10% da população acima dos 10 anos de idade, segundo o IBGE, é analfabeta, portanto a televisão se torna um dos poucos veículos da mídia que lhe é acessível e o telejornal um dos meios de informação possível. O outro motivo é que, por ser um dos únicos veículos de informação que lida também com a imagem, nós o escolhemos para saber como a diversidade racial do Brasil é apresentada por esta mídia formadora de opinião e, muitas vezes, alienadora.

Nosso objetivo maior é mostrar como o telejornalismo vem apresentando a população afro-descendente de nosso país e, por isso, elegemos o Jornal Nacional

como nosso estudo de caso para esta averiguação, dentro do recorte maior que é o telejornalismo. A escolha do Jornal Nacional se deve ao fato de este ser o programa noticioso de maior audiência da televisão brasileira, ficando, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, acima dos 40 pontos no Ibope, conforme medições realizadas nas semanas: 12 a 18 de abril, 26 de abril a 2 de maio e 3 a 9 de maio, todas do ano de 2004. É importante frisarmos que estes pontos são medidos na Grande São Paulo, área que abrange, além da cidade de São Paulo, as cidades vizinhas. Outra colocação que se faz necessária é que cada ponto do Ibope equivale a 1% da população.

Além de analisarmos o conteúdo das notícias apresentadas no telejornal, a aparição, de forma condizente com a realidade, da população afro-descendente e o contexto desta aparição serão os pontos principais de nossa pesquisa.

Para realizarmos nossa pesquisa, durante uma semana, no período de 10 a 15 de maio de 2004, gravamos as edições do Jornal Nacional, mas, por problemas técnicos, excluiremos a edição do dia 10 de maio. Este período foi escolhido como objeto de estudo por causa da data 13 de maio, dia em que se comemora a abolição da escravatura. Nosso objetivo, com isto, é mostrar que o negro só é o foco central das notícias veiculadas quando estas estão diretamente relacionadas com sua raça e com sua cultura, no resto do tempo, eles são tidos apenas como meros espectadores, quase nunca como personagens atuantes e positivos..

Para verificarmos a aparição da população negra e o papel que esta representou dentro do contexto da notícia, a dividiremos em dois grupos: produtores e entrevistados. Chamaremos de produtores todos os jornalistas, apresentadores, locutores e comentaristas, que, durante o período de análise, apareceram no Jornal Nacional. Os produtores serão as pessoas responsáveis pela notícia que têm sua

imagem veiculada pelo telejornal. De entrevistados, titularemos todos aqueles que tiveram oportunidade de terem suas falas registradas, mesmo aqueles que não estavam sendo entrevistados, como políticos em coletivas e pronunciamentos oficiais. Para esta pesquisa, contabilizaremos também o tempo de aparição de cada produtor e de cada entrevistado para saber se, além do número de aparições, o tempo destas aparições também se enquadra aos dados apresentados pelo IBGE quanto a constituição étnica de nosso país.

Após esta quantificação analisaremos se os negros são apresentados de forma equânime com a que é apresentada pelos dados estatísticos ou se o preconceito racial também existe no telejornalismo brasileiro da pior forma já discutida, que é a da negação, da invisibilidade.

Para esta análise, como não foi possível encontrar nenhum texto que tratasse da classificação das pessoas em negras, pardas e brancas, resolvemos categorizar produtores e entrevistados da seguinte forma: negros serão todos aqueles que apresentarem três ou mais características fenotípicas da população negra, como cabelos crespos, nariz mais largo e cor da pele escura, pontuando que todos aqueles que possuírem tez escura serão classificados como negros. Pardos serão aqueles que tiverem duas destas características e brancos, aqueles que apresentarem apenas uma ou nenhuma delas.

Nesta pesquisa utilizaremos a nomenclatura usada pelo IBGE, em que brancos e amarelos são reunidos em um único grupo intitulado brancos e os negros e pardos reunidos no grupo pretos. Frisamos que a terminologia preto para designar negros é questionada pelo movimento negro, mas ressaltamos que o seu uso neste trabalho

busca apenas acatar aquilo que é colocado pelo IBGE por ser este um instituto de pesquisa renomado e respeitado em nosso país.

5.2 ALTERIDADE E DIVERSIDADE NO JORNAL NACIONAL

Na análise do Jornal Nacional feita sobre as edições dos dias 11 a 15 de maio de 2004, foram verificadas as aparições de 49 jornalistas no total, mais um locutor esportivo – Galvão Bueno - e um comentarista - Arnaldo Jabor, além dos apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes, que apresentaram o jornal do dia 11 ao dia 14, e Sandra Annenberg e Renato Machado, que o apresentaram no sábado, dia 15, totalizando 55 produtores.

É importante ressaltar que tomamos por produtores apenas as pessoas que eram responsáveis pelas matérias, excluindo, por isso, cinco jornalistas: Sérgio Chapelin, Pedro Bial, Ana Paula Ceribelli e dois que não tiveram seus nomes apresentados. Todos estes participaram apenas de chamadas feitas durante a veiculação do Jornal Nacional para outros programas da emissora, como Fantástico e Globo Repórter.

Dos 55 produtores analisados, 52 eram brancos, um pardo e dois negros. Como neste trabalho utilizaremos a metodologia adotada pelo IBGE, que reúne brancos e amarelos no grupo dos brancos, e negros e pardos no grupo dos pretos, colocaremos que, durante o período de análise, foram contados 52 brancos e três pretos.

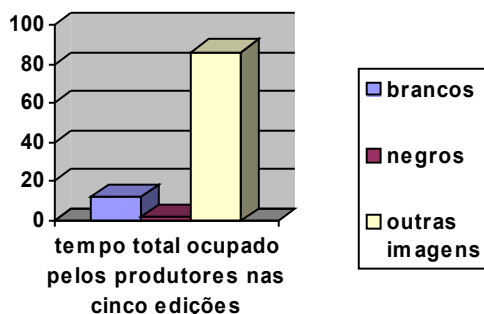
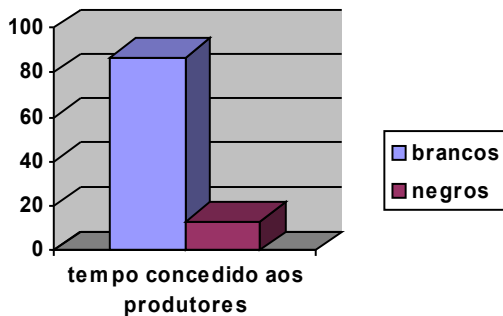
Esta colocação já marca a desigualdade vivida em nosso país por negros e pardos, pois, as porcentagens da aparição destes no Jornal Nacional estão bem longe das apresentadas pelo IBGE, que mostra que do total da população brasileira, 53,98%

é composta por brancos e 46, 02%, por pretos. Esta realidade deveria também ser a realidade apresentada pelos meios de comunicação, não apenas em suas matérias, mas também entre seus próprios funcionários. E não adianta falar que não existem negros nos meios de comunicação porque eles não existem como jornalistas, ou se existem, não são tão bons para ocupar lugares de destaque. A vontade da classe hegemônica de manter o *status quo*, de manter os negros nos trabalhos de baixa valorização ou nos bastidores, como diz Muniz Sodré, não é aceita mais, nem pelos negros, nem pelos estudiosos desta questão. O povo negro vem provando, ao longo dos anos, que é capaz e luta para que possa ocupar os lugares que antes lhes eram negados. Se o Brasil é verdadeiramente uma democracia racial, como queria Gilberto Freyre, chegou a hora de provar, não apenas com palavras, mas com ação e, principalmente, inclusão.

Como os pretos são minoria no quadro de produtores (os responsáveis pela notícia que têm suas imagens veiculadas pela emissora) da Rede Globo de Televisão, esta disparidade se reflete também no tempo em que suas imagens aparecem, que é o principal destaque do presente trabalho. Da totalização do tempo destinado à aparição dos jornalistas na tela em suas matérias, excluimos o período em que os apresentadores aparecem por considerar que, como no intervalo de tempo em que o telejornal foi analisado não houve apresentação feita por negros, o tempo dos apresentadores, por ser maior, influenciaria muito em nossas contagens. Deste modo separamos apenas os jornalistas, comentarista e locutor esportivo para a análise do tempo que é destinado a brancos e pretos pelo telejornal.

No total, foram 1522 segundos ou 25 minutos e 22 segundos dedicados aos produtores da notícia (excluindo os apresentadores, as vinhetas, os intervalos, os entrevistados e as imagens apresentadas nas matérias em que os repórteres não aparecem). Isto representa mais de 14% dos 10769 segundos ou 179 minutos e 29 segundos ocupados pelas cinco edições do Jornal Nacional.

Agora, quando separamos este tempo entre brancos e pretos, os números assustam. Os brancos ocuparam 1327 segundos ou 22 minutos e 07 segundos, representando um pouco mais de 87% do tempo destinado aos produtores da notícia. Em relação ao total das cinco edições do jornal, o tempo destinado aos produtores brancos foi de um pouco mais de 12%. Aos pretos, foram separados 195 segundos ou 3 minutos e 15 segundos. Isto representa um pouco mais de 12% do tempo dos produtores e 1,8% do total das cinco edições.



Tomamos aqui por outras imagens o tempo ocupado por apresentadores, vinhetas, intervalos, entrevistados e imagens apresentadas nas matérias em que os repórteres não aparecem.

Mas as disparidades encontradas não se limitam apenas aos números. Ao analisar o Jornal Nacional, percebemos um artifício usado pela Rede Globo de Televisão que comprova o que Muniz Sodré afirma em seu livro Claros e escuros e que já foi citado anteriormente neste trabalho: a questão do ícone. A emissora coloca poucos jornalistas negros em seu quadro de funcionários para constar que ali não existe o preconceito racial. Para encobrir a questão do número de aparições, a emissora faz com que os poucos jornalistas negros e pardos que possui apareçam todos os dias, assim, apesar de serem apenas três produtores pretos, segundo a nomenclatura do IBGE, estes, somados, apareceram 9 vezes durante quatro dias, não estando na telinha apenas no sábado, dia 15 de maio.

Contestamos a igualdade de oportunidades apresentada pelo Jornal Nacional sob o argumento de que os negros estão aparecendo, observando que esta aparição não está de acordo com a quantidade constatada em nossa realidade e sem a diversidade verificada em nossa sociedade, há, portanto, uma sub-representação da raça. Os dois jornalistas negros da emissora, Heraldo Pereira e Zileide Silva, totalizam o universo de negros da Rede Globo que têm suas matérias veiculadas pelo Jornal Nacional. Mas fazer com que estes apareçam em todas as edições do telejornal não é promover uma verdadeira democracia racial, é ocultar o preconceito racial existente em nossa sociedade, fingindo abranger de forma igualitária toda a diversidade brasileira.

Outro ponto que merece destaque em nossa análise é o tipo de matéria que é dada aos jornalistas para que estes a produzam. Das nove matérias apresentadas pela

parcela negra e parda do universo dos produtores da notícia nos cinco dias de análise, 72% eram sobre política. Se ponderarmos que o mundo político é um dos recortes da sociedade que, juntamente com a esfera pública, mais abrange os pretos, podemos concluir que a utilização de negros e pardos na cobertura destes setores busca fazer com que a cor da pele dos jornalistas componha o cenário junto com a diversidade racial apresentada nestes ambientes. É uma maneira de fazer com que os poucos pretos empregados no Jornal Nacional não se sobressaiam em relação aos outros, mas que passem apenas como figurantes, como mais um elemento na composição do todo.

Nisto percebemos, mais uma vez, a vontade da classe hegemônica em anular o Outro. É como se eles pensassem assim: não há como excluí-los de uma vez por todas, mas incluí-los também resultaria perda de território e, conseqüentemente, de poder. Por isso, incluí-los em alguns setores, através de uma representação mínima e depois anulá-los seria a melhor solução. Percebemos facilmente esta anulação quando observamos os produtores pretos do Jornal Nacional. Quando assistimos ao telejornal, não nos damos conta do pequeno espaço preenchido por esta parcela, a discriminação realizada é camuflada em meio ao todo.

Dentro do tempo cronometrado da aparição de jornalistas brancos, ainda destacamos a atuação dos correspondentes internacionais. Nas cinco edições que foram analisadas contabilizamos a participação de oito correspondentes, num total de 14 matérias transmitidas do exterior.

Do tempo concedido a eles para suas aparições em vídeo, ou seja, para suas passagens, segundo o termo técnico usado no jornalismo para nomear a hora em que o jornalista aparece falando na tela a respeito de algum ponto da matéria que está

fazendo, foram gastos 249 segundos ou 4 minutos e 09 segundos. Isto representa um pouco mais de 18% do tempo dos produtores brancos, mais de 16% do dos produtores e mais que 2,3% do tempo total das edições analisadas. O tempo concedido aos correspondentes internacionais foi maior que o conferido aos jornalistas negros e pardos juntos. Destes oito correspondentes, nenhum era negro ou pardo.

É preciso pontuar que durante longo tempo a jornalista Zileide Silva se manteve como correspondente internacional da Rede Globo de Televisão, mas é necessário frisar que, no momento, esta emissora não mantém nenhum correspondente negro, ou mesmo pardo.

Para encerrar, notamos ainda um ponto importante que contribui para entendermos a questão da anulação citada antes. O único negro a apresentar o Jornal Nacional é o jornalista Heraldo Pereira. No acompanhamento do telejornal pudemos perceber que as vezes em que este apresentou o jornal foram, em sua maioria, feriados e dias isolados. Esta colocação revela novamente o intuito da Classe Dominante em fazer com os negros sejam vistos como seres inferiores, serviçais, que devem ser utilizados quando os brancos, assim como os senhores do período escravocrata, não desejam realizar o trabalho. É como um estepe que deve estar sempre preparado para ocupar o lugar do pneu em uso, caso este não possa cumprir com suas funções, mesmo que isto leve ainda algum tempo, o estepe deve estar à disposição. A diferença aqui é que, o estepe, quando utilizado, passa a ocupar o lugar do pneu principal sendo outro colocado em seu lugar, ocupando sua função. Agora, o apresentador negro nunca é colocado como o principal, sempre ocupa este lugar por um tempo determinado, voltando à posição de estepe quando convém ao apresentador titular.

5.3 IDENTIDADE COMO VALOR

No item anterior, analisamos os produtores da notícia (aqueles que são responsáveis pela informação passada ao telespectador e que têm suas imagens veiculadas pela televisão). Passamos agora à avaliação da imagem dos entrevistados, ponderando que foram classificados como entrevistados todos aqueles que tiveram a oportunidade de serem ouvidos e aparecer no Jornal Nacional, ou seja, não somente aqueles que concederam entrevistas para os repórteres, mas também políticos e porta-vozes em pronunciamentos oficiais, discursos de autoridades das mais diversas áreas, bem como declarações de pessoas ligadas ao assunto de que tratava a matéria.

Foram contabilizados, nos cinco dias de análise, 183 entrevistados, sendo 153 brancos, 15 negros, 12 pardos, 2 asiáticos e um que não foi possível identificar sua etnia devido ao disfarce feito pela emissora no sentido de proteger o entrevistado de eventuais represálias. Como neste trabalho adotamos a metodologia utilizada pelo IBGE, na qual negros e pardos são reunidos no grupo étnico preto e os brancos e asiáticos ou amarelos separados no grupo branco, temos dois grupos: os pretos com 27 entrevistados e os brancos, com 155. Para que a análise fosse feita, descartamos o entrevistado que não pode ser identificado devido ao disfarce, justamente por não podermos classificar a sua etnia.

Só a diferença apresentada entre entrevistados brancos e pretos já revela a falta de comprometimento do programa jornalístico em conceder espaços iguais a todos os grupos representantes da diversidade racial de nossa sociedade. Os pretos que

foram selecionados para as entrevistas representam menos de 18% do universo dos entrevistados brancos. Com relação ao total de 182 entrevistados (excluindo-se o entrevistado que não pode ser identificado) esta porcentagem cai para menos de 15% de representação negra no telejornal, quando tratamos dos entrevistados. Se compararmos então com o tempo total do telejornal nestas cinco edições que foi de 10769 segundos ou 179 minutos e 29 segundos, esta porcentagem apresenta um número que se torna, no mínimo, alarmante: menos de 2%.

É um índice bastante baixo quando ponderamos a respeito da representação, mas o é muito mais baixo, quando consideramos a questão da identificação. A falta de personagens negros e pardos nas matérias que são transmitidas pelos telejornais em geral, mas especificamente pelo Jornal Nacional, faz com que quase metade da população brasileira se sinta à margem, ou seja, se sinta como se sua realidade fosse a exceção em meio à história contada e vivida pelos brancos. Quando não se dá visibilidade ao negro, quando não se apresenta a totalidade de nossa sociedade, corrobora-se para que o preconceito e o estigma sejam mantidos. Quando os negros que alcançaram algum destaque nas mais diferentes áreas da ciência não são escalados para dar depoimentos como especialistas, os afro-descendentes têm a impressão de que estes não existem, que à sua etnia estão reservados sempre os lugares subalternos. Quando uma criança negra pobre não tem um modelo negro na televisão que conseguiu ascender socialmente, cria-se na cabeça desta criança um estigma que a marcará para o resto de sua vida, como uma pessoa que nasceu para estar à margem, um ator social que nasceu para ser figurante, nunca para ocupar o papel principal.

É em razão desta falta de visibilidade que entendemos porque tantas crianças negras têm vergonha da textura de seu cabelo, do formato de seu nariz, da largura de seus quadris. Os modelos que lhe foram apresentados não tinham estas características. As apresentadoras de programas infantis - em sua grande maioria loiras - consideradas ídolos, tanto no que diz respeito ao trabalho realizado com as crianças, como em relação ao modelo de beleza européia que são, só aumentam este preconceito que as crianças negras passam a ter contra si mesmas e que as brancas criam contra elas.

Alguém poderia se perguntar o que as pessoas que são entrevistadas nas matérias que são transmitidas pelo Jornal Nacional tem a ver com tudo isto. Nós respondemos que a identidade de uma pessoa é formada da instrução que recebeu, das pessoas com quem conviveu, da índole que possui, mas é formada também por detalhes que, por muitas vezes, nos passam despercebidos. Um destes detalhes é a imagem que é constituída de si própria a partir daquilo que é percebido, ou captado através dos outros. A televisão entra aqui como um importante veículo de manipulação, que dita regras e impõe os padrões a serem seguidos pela sociedade. O telejornal tem uma fatia de responsabilidade nesta manipulação, uma vez que discrimina aquilo que deve ou não ser levado ao ar e consumido pelo telespectador como informação.

Agora, diante de um meio tão poderoso que não os apresenta de outra forma a não ser de maneira subalterna e servil, os negros que não têm outro acesso de informação e entretenimento além da televisão, o que representa a maioria da população afro-descendente de nosso país, e mesmo os que o têm, tendem a acreditar naquilo que é veiculado pelo meio, mas especificamente aqui a Rede Globo de

Televisão, que possui a maior audiência, segundo pesquisa do Ibope, com recorte de sua programação sobre o Jornal Nacional, nosso objeto de estudo.

Um outro fato que chama a nossa atenção quando analisamos a presença do negro enquanto entrevistado nos cinco dias de Jornal Nacional é o contexto de sua aparição. Dos 15 entrevistados que eram negros, apenas dois destes falaram como autoridades sobre o assunto da matéria. Uma matéria foi sobre a repercussão da decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de expulsar o jornalista americano Larry Rohter, na qual o senador Paulo Paim foi ouvido. A segunda matéria foi sobre a eleição da África do Sul para ser a sede da Copa do Mundo de 2010, que teve o pronunciamento do presidente Nelson Mandela.

Nos outros 13 casos, negros foram ouvidos como personagens que integravam a história que estava sendo contada, isto é, como pessoas que estavam vivendo a situação apresentada pela matéria veiculada, como estudantes negros falando sobre as cotas no ensino superior. Dos 15 negros que foram entrevistados, ou melhor, que tiveram a oportunidade de fala, três apareceram em uma matéria sobre remanescentes de um quilombo que guardavam as tradições de seus ancestrais, transmitida no dia 13 de maio, dia em que é “comemorada” a abolição da escravatura, e outros dois entrevistados eram atletas treinando para as competições que acontecerão nas Olimpíadas 2004, em Atenas.

Esta pontuação feita acima mostra mais uma vez o esforço realizado pelo Mesmo Hegemônico em manter o Outro nos lugares que lhes foram concedidos ocupar. Porque, no Brasil, dos negros que conseguem algum reconhecimento, algum espaço, a grande maioria está nas áreas da música e do esporte. Não que estes lugares não sejam importantes, até mesmo para a construção de uma identidade melhor para o

povo negro, mas o que esta população está cansada é de só ser reconhecida nestas áreas. Não se vive só disto. Este espaço “cedido” já ficou pequeno demais. Os afro-descendentes querem ocupar lugares em todas as áreas e eles têm direito a isto, afinal, em um país onde se tem tanto orgulho de afirmar que negros e brancos têm oportunidades iguais de conquistas e ascensão, chegou a hora de mostrar esta equidade, não no papel, através das leis, mas na realidade, com fatos reais, com pessoas de verdade.

Por último, queremos pontuar que a desigualdade de representação da diversidade racial de nosso país é tão visível que das cinco edições do Jornal Nacional que foram analisadas para a realização do presente trabalho, a edição de terça-feira, dia 11 de maio de 2004, não apresentou nenhum entrevistado negro. Fato este que vem comprovar na prática aquilo que foi apontado durante todo o trabalho teoricamente.

6.CONCLUSÃO

Quando iniciamos este trabalho, nosso objetivo era verificar a aparição de negros na mídia. Como a televisão é o meio de comunicação que trabalha com a imagem que tem maior alcance, a escolhemos como nosso ponto de partida. Mas analisar toda a mídia televisiva brasileira era trabalho demasiadamente longo, não sendo possível em um período de quatro meses. Por isso, selecionamos a Rede Globo de Televisão como nosso recorte deste universo maior, tendo como motivo para esta escolha a audiência adquirida por esta emissora ao longo de sua história. Mas ainda sim o universo se mostrava demasiadamente grande para a análise, por isso, separamos o Jornal Nacional para nosso estudo de caso, sendo o motivo da escolha deste programa a mesma citada acima. Tínhamos assim o recorte para a nossa análise.

Mas com o tempo transcorrido desde a eleição do tema, os textos lidos para a realização deste trabalho e através da análise da televisão brasileira, adquirimos um olhar mais crítico para a questão racial em nosso país. Percebemos que a questão da

aparição era apenas a ponta do *iceberg*, esta pesquisa se revelou, aos poucos, detentora de um significado muito maior: a democratização dos meios de comunicação.

Que a representação equânime da diversidade do povo brasileiro tão proclamada pela mídia em geral não existe ficou claro através dos números e dos fatos apresentados, pois, afinal, como diz o ditado, contra fatos não há argumentos, e os dados apresentados falam por si só.

Agora pontuando não o que analisamos a partir de situações vivenciados por outros, mas colocando a história de vida desta pesquisadora, Glaucy Meyre de Oliveira Ribeiro. Colocando minhas experiências, afirmo que a negritude de minha pele é assimilada por minha consciência. Tenho um orgulho imenso de ser negra e de trazer no corpo e na alma a história de um povo que tanto lutou para ser reconhecido como igual. É interessante considerar esta questão da igualdade, porque na história da humanidade existiram tantas guerras, nas quais um povo queria dominar o outro, queria poder, nome, fama. A história dos negros, especialmente dos negros brasileiros, não é assim, nossas guerras foram apenas para sermos considerados o que somos: iguais. Venho de uma família humilde, na qual a minha avó era analfabeta, meus pais não terminaram o segundo grau. Vou ser a primeira da família a ter um diploma universitário de uma faculdade pública e disto eu me orgulho muito. Mas sei que sou uma exceção, um percentual tão ínfimo que quase não chega a ser contado, uma negra numa universidade pública, cursando uma faculdade considerada de elite. E é por isso que este trabalho se torna tão importante, porque além de um trabalho de conclusão de curso, é a história da minha vida que se encontra escrita nestas páginas. Fui eu que cresci sem ter em quem me espelhar. Fui eu que cresci vendo em minha etnia apenas esteriótipos. Cresci marcada. Construí estigmas a respeito de mim mesma que

demoraram para ser desfeitos e, na verdade, alguns permanecem, talvez nunca consiga vencê-los.

Escolhi como carreira o jornalismo por acreditar que o dever e o prazer de informar eram características inerentes de minha personalidade. Mas por muitas vezes me perguntei e por vezes ainda me pergunto se esta é a carreira certa, se me aceitarão do jeito que eu sou: negra. Acredito que talvez seja a voz do Mesmo Hegemônico tentando me manter no lugar do Outro, querendo me impedir de ocupar o seu lugar, de ter o meu lugar ao sol. Sei que a televisão teve grande influência neste processo de estigmatização que sofri e que a população afro-descendente deste país continua sofrendo. O que precisamos é não mais nos calar, não mais sermos servis e aceitarmos o que nos é dado como esmola, como prêmio de consolação. Não queremos mais o segundo lugar, queremos ocupar o lugar mais alto neste podium e isto deve acontecer agora, já. Não só a televisão, não só os meios de comunicação, mas todas as áreas do conhecimento e do trabalho humanos precisam nos incluir, nos aceitar da maneira que somos, com nossas diferenças, mas principalmente respeitando as nossas potencialidades.

Por fim é preciso deixar aqui registrado uma frase de Muniz Sodré em seu livro Claros e escuros que diz que nem todos os dedos são iguais. A respeito disto, é importante pontuarmos algo que talvez pareça destoante de tudo aquilo que foi colocado até agora: a igualdade não é a saída. A saída é a inclusão das diferenças. A saída é entender e, sobretudo, aceitar que mesmo os dedos sendo diferentes e tendo funções diversas, todos eles são importantes, nenhum deles é dispensável. Assim também é com o ser humano. Aquilo que difere uns de outros deve ser usado a seu favor, ou melhor, a favor do bem comum, não colocado como estigma, algo que o torne

pior e rejeitável em detrimento dos outros. O negro não pode ser considerado pior pela concentração de melanina encontrada em sua pele. Este é seu diferencial, não seu estigma. Os afro-descendentes têm todo o direito de serem devidamente representados em todas as áreas, em especial no telejornalismo, que foi o motivo de nosso estudo. Afinal, se o jornalismo tem a função de informar e, o mais importante, formar, a população brasileira tem o direito e o dever de saber como é sua real situação em todos os aspectos, inclusive o racial.

Esperamos que o ponto final colocado nesta pesquisa não represente o fim da discussão, ao contrário, que ela possa crescer, que este possa ser apenas o início dela. Esperamos que as colocações feitas neste trabalho se transformem em reflexões na mente de cada leitor e que este contribua para uma mudança real em nossa sociedade, que se faz cada dia mais necessária.

7- BIBLIOGRAFIA

- **15 anos de história.** Rio: TV Globo, 1984.
- BARROS E SILVA, Fernando de. Jornal Nacional chega despolitizado aos 30 anos. In **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 28 de agosto de 1999.
- BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. A dramatização na construção das reportagens de televisão. In. **Revista de Estudos de Jornalismo.** Campinas, v.4, nº 2, p. 5-14, dezembro de 2001.
- BECKER, Howard. **Marginais e desviantes.** In. Uma teoria de ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, p.53-67, 1977.
- BOLETIM DIEESE. **A desigualdade racial no mercado de trabalho.** nov. de 2002.
- BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é comunicação.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- CARNEIRO, Sueli. Programa Boa Notícia. **Canal Futura.** 4 de abril de 2004.

- CARVALHO, Ana e FILHO, Aziz. O preconceito oculto: o Brasil prefere o mito da democracia racial e fecha os olhos para a intolerância. **Istoé**. São Paulo: Editora Três, nº1657, p. 78-84, 04 de julho de 2001.
- **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>
- COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo e encenação**: quando a reportagem vira show. In Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste, VIII, 2001, Vitória. CD-Rom.
- **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. 1948. Disponível em: < http://www.mj.gov.br/sedh/dpdh/gpdh/ddh_bib_inter_universal.htm>
- DEVALLE, Antony. O racismo persiste. **Cadernos do Terceiro Mundo**. São Paulo: Terceiro Milênio, nº247, p. 12-25, Ano XXVI, 2003.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- FILGUEIRAS, Alessandra Esteves. **A construção da imagem através da mídia**: um caso de idolatria. Juiz de Fora: UFJF; Facom, 2. sem. 1997, 88 fl. mimeo. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social.
- HORA, Antônio Carlos. **Cor de rosa e carvão**: o discurso afirmativo da diferença. 2000. 112f. Dissertação de Mestrado – ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- LEAL, Kellen de Oliveira. **Casseta & Planeta e Jornal Nacional**: informação ou diversão? Juiz de Fora: UFJF; Facom, 1. sem. 2001, 153 fls. mimeo. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social.
- LIMA, Solange Martins Couceiro de. **O negro na televisão de São Paulo**: um estudo de relações raciais. São Paulo: USP; Escola de Comunicação e Artes, 1983.
- LINS e SILVA, Carlos Eduardo. **Muito além do Jardim Botânico**. São Paulo: Summus, 1988.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**. São Paulo: Ática, 1986.
- MARGARETH, Jeanne e ALMADA, Sandra. Apresentadores negros: uma questão de competência. In. **Raça**. São Paulo: Símbolo, p. 68-72, 2000.

- MATTOS, Cláudia de Freitas. **A constelação via Embratel**: as estrelas do telejornalismo. Juiz de Fora: UFJF; Facom, 2. sem. 1988, 100 fls.mimeo. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social.
- MELO, Kátia. Democracia racial é mito. **Istoé**. São Paulo: Editora Três, nº1483, p. 05-07, 11 de março de 1998.
- MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992. disponível em <<http://www.terrabrasileira.net/folclore/origens/africana/imprensa.html>>
- **O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO AUDIOVISUAL**: Discussão do Projeto de Lei nº4370, do Deputado Paulo Paim. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- PACHECO, Celina e PACHECO, Dalmer. Merchandising de valores: em capítulos, a violência nossa de cada dia. In Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste, IX, 2002, Campos dos Goytacazes, Grussaí, São João da Barra, Rio de Janeiro. **Mídia, linguagens e violência**. CD-Rom.
- PACHECO, Hellen de Paula. **Representatividade da imagem do negro dos meios de comunicação**: Revista Raça Brasil e Imprensa Brasileira. In Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, 2001.
- PEREIRA, João Baptista Borges. Diversidade, racismo e educação. In OLIVEIRA, Iolanda (org). **Relações raciais e educação**: a produção de saberes e práticas pedagógicas. Niterói: EdUFF, p. 13-30, 2000.
- PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. **História e vida**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- PINTO, Marcus Barros. Do povo, pelo povo, para o povo? Jornalismo da Globo comanda tentativa de mudança de imagem institucional. In. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1999.
- RAMOS, Sílvia (org.). **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- ROLDÃO, Ivete Cardoso C. A imprensa televisiva. In. **Mídia, educação e leitura**, São Paulo, p. 69-80, 1999.
- -----. Telejornalismo: que espetáculo é esse? In. **Revista de Estudos do Curso de Jornalismo**, Campinas, v.2, nº 2, p. 32-40, julho/dezembro de 1999.

- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. Brasília: Brasiliense, 1980.
- SARTRE, Jean-Paul. **Reflexões sobre o racismo**. 3. ed. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: Identidade, Povo e Mídia no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- VALENTE, Ana Lúcia. Oportunidades educacionais oferecidas, reivindicações esvaziadas? In OLIVEIRA, Iolanda (org). **Relações raciais e educação: a produção de saberes e práticas pedagógicas**. Niterói: EdUFF, p. 45-61, 2000.
- www.ibge.gov.br